



## MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

### ACTA N.º 8

Sessão Ordinária de Abril

4.ª Reunião de 05-05-98

Aos cinco dias do mês de Maio de mil novecentos e noventa e oito, nesta cidade de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na quarta reunião da Sessão Ordinária de Abril, Presidida pelo Presidente da Assembleia, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, e secretariado pelos vogais, João Pedro Simões Dias e Custódio das Neves Lopes Ramos, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Jorge Carvalho Arroiteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Fernando Vieira Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Luís Miguel Capão Filipe, Dinis Marques, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus e Manuel Branco Pontes

Pelas 21:30 horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais, Libério da Silva Santos, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Lucas Amaro Rodrigues, Joaquim António Gaspar Melo Albino, António Sousa Dinis Correia, Estevão de Sousa Rosas e António Manuel dos Santos Salavessa.

De imediato o Sr. Presidente da Mesa deu continuação ao ponto n.º 2 da ordem de trabalhos.

Presidente da Câmara:

*“De facto, ficámos todos, ontem, surpreendidos com aquela observação feita pelo Sr. Salavessa e esta manhã estive a verificar nos serviços e houve de facto, um lapso nos serviços que consistiu no seguinte: as notas de crédito dos membros desta Assembleia foram nalguns casos emitidas duplamente e foi essa a origem do erro. Isso representa no máximo 500 ou 600 contos, em todo caso já foram anuladas no orçamento para as contas de este ano e, portanto, quanto a isso podemos ficar descansados que é o único erro e a explicação é essa. Penso que a dimensão do erro e o alcance está devidamente contido e explicado e está corrigido já.*

*Por outro lado, a segunda dúvida que tinha sido suscitada pelo Dr. Madaíl era a questão de se saber se podíamos incluir as facturas, algumas, que são de 97, nas contas de este ano. É assim, é prática corrente confirmámos isso, não há nenhuma irregularidade. A única coisa que acontece é que no fim do ano como as facturas vão chegando e os serviços já não têm cabimentação orçamental para elas, já não há*

*dinheiro, pura e simplesmente não as processam e esperam pelo ano orçamental seguinte. A explicação é esta com toda a transparência e com toda a clareza e não constitui do ponto de vista dos serviços nenhuma irregularidade. Assim sendo e com estas explicações dadas, se considerarem que elas são suficientes, e proporia que as contas fossem aprovadas, consciente de que no que toca às folhas das senhas de presença dos Srs. Deputados, houve de facto um lapso dos serviços e que isso apenas implica uma diminuição da dívida que irá ser registada na Conta de Gerência do ano passado.”*

Vogal Capão Filipe:

*“Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu só gostava de fazer uma pergunta meramente académica: Quais serão as consequências de uma reprovação deste ponto, em termos de interesse do município e do interesse de Aveiro?”*

Vogal Britaldo Rodrigues:

*“Só para dizer que, a explicação que o Sr. Presidente da Câmara dá relativamente a não ter havido a inserção das facturas de gastos relativos a 97 nesse ano mas em 98, porque foi facturado em 98, de qualquer forma isso é uma situação. Outra, é o facto de se exprimir num documento que constitui o ponto n.º 3 da ordem de trabalhos, que não se procedeu à cabimentação no ano de 1997, e eu creio que isto é de facto irregular. E creio que é irregular, porquê? Uma pessoa não pode num serviço público assumir uma despesa sem ter a certeza que existe dinheiro. Uma pessoa não sabe, no ano seguinte, qual é o dinheiro que vai caber a esse serviço público, eventualmente, até pode suceder que nem venha a ser aprovado o Orçamento Geral do Estado e portanto, haver um compromisso de um serviço público perante uma aquisição de equipamentos e bens e de serviços sem ter dinheiro; isto é uma irregularidade. E mais do que isso, repare-se que não é tão pouco como isso, isto é aproximadamente um quinto das despesas. Portanto, salvo uma melhor explicação continuo a pensar que será uma irregularidade.”*

Vogal Raúl Martins:

*“Muito Obrigado, Sr. Presidente. Basicamente para dizer o seguinte: de facto, no passado, existiram alguns problemas (inclusivamente algumas dessas coisas foram faladas pela bancada do Partido Socialista), mas digo-lhe Prof. Britaldo, e a esta Assembleia o seguinte: a política faz-se fundamentalmente para a frente. É preciso analisar o passado, mas só para tirar as ilações e para perspectivar o futuro. É nesse sentido que eu proponho que não se perca muita cera com fraco defunto e que hoje que não está cá o deputado António Salavessa, a gente aproveite para que os trabalhos sejam mais profícuos e andem mais depressa. Eu proponho portanto a esta Assembleia que não gaste muito tempo com este assunto. Efectivamente, milhares de considerações poderiam ser feitas a estas contas, considerações se calhar técnicas e políticas, mas penso muito sinceramente, não vale a pena estarmos a perder tempo com isto e gostaria que o Sr. Presidente, se me é permitido sugerir-lhe passar o mais cedo possível à votação desta contas para depois sim, entrarmos nas coisas mais importantes que farão o nosso futuro colectivo nos próximos quatro anos. Essas é que são importantes, o passado morreu, o mais que se pode fazer é uma missa de sétimo dia.”*

Vogal Henrique Diz:

*“Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer dois pequenos comentários. O primeiro comentário é que independentemente de nós devermos enterrar o passado,*

*não o pudemos aprovar quando não estamos certos da forma como a história está a ser contada. Eu lamento muito, mas nunca admiti que se tirassem rostos das fotografias. E não vou admiti-lo aqui. Independentemente do Sr. Presidente da Câmara nos ter vindo dizer que o problema colocado pelo Sr. Deputado António Salavessa estava resolvido, nada garante (porque não foi feita essa conferência) que não haja problemas semelhantes, primeiro ponto. Segundo ponto, é preciso verificar que independentemente de não ser necessário prolongar a discussão, há actuações que a mim me parecem irregulares, nomeadamente, quando se procedem a despesas sem cabimentação. Nestas circunstâncias e independentemente de esquecermos o passado, do qual só nos lembramos quando nos convém (na luta política ao que parece) e não nos lembramos quando nos convém aprovarmos rapidamente as coisas que nos dizem respeito, nós não pudemos esquecer o passado e, portanto, não pudemos deixar de tomar aqui hoje uma atitude que demonstre claramente que não estamos de acordo com uma prática técnica e política que foi seguida no passado.”*

Entretanto entrou na sala o Vogal Jorge Manuel do Nascimento.

Vogal Diogo Machado:

*“Sr. Presidente, muito rapidamente para reiterar a pergunta aqui ontem feita pelo meu colega de bancada Dr. Nascimento: se o Sr. Presidente considera que esta Conta de Gerência está correcta e se essa resposta for claramente afirmativa, ressaltando os pontos em que o Sr. Presidente disse que houve lapso dos serviços e que serão prontamente corrigidos, se essa resposta for claramente afirmativa, a bancada do PP estará disposta a votar favoravelmente.”*

Vogal Raúl Martins:

*“Só para dizer que, obviamente, aquilo que estiver mal, as contas são remitas ao Tribunal de Contas, que é um órgão soberano de julgamento destas contas e, obviamente, o Tribunal vai dizer que está mal e vai mandar rectificar.”*

Vogal Britaldo Rodrigues:

*“Peço desculpa, mas é que as contas apresentadas só por si ao Tribunal de Contas sem ter associado este documento que foi para a banca, talvez passe, por que não há conhecimento deste outro documento. Sem este documento que aqui está e que foi para a banca, tudo isto teria corrido sem nenhuma agitação, sem nenhuma dúvida, nem sequer no Tribunal de Contas. Portanto, não o podemos ignorar. Portanto, há uma situação em que por um lado se procura ser simpático para uma anterior gestão da responsabilidade do PP, mas simultaneamente, para se demonstrar as dificuldades que lá vêm, verificamos que se gosta de apresentar farpas em relação à anterior gestão camarária, para simultaneamente estar-se bem com Deus e com o Diabo, isso não é possível.”*

Entretanto deram entrada na sala os vogais, Manuel Simões Madaíl e Élio Manuel Delgado da Maia.

Presidente da Câmara:

*“Só queria fazer algumas observações a propósito do que disse o Prof. Britaldo e o Prof. Henrique Diz. Eu acho que isto pode ficar claro e que todos nos vamos entender. Um orçamento por definição é uma previsão de despesas e de receitas. O anterior orçamento da Câmara de Aveiro tinha uma sobreavaliação das receitas e uma*

*subavaliação das despesas, ou seja, arrancou-se com um orçamento nominal de 7,3 milhões de contos e realmente só entraram 5 milhões ponto qualquer coisa. Consequência, os serviços a partir de certa altura não puderam cabimentar despesas que tinham sido autorizadas na perspectiva de que houvesse dinheiro. A explicação é esta e é com toda a simplicidade que a dou. A dificuldade que estava a exprimir há pouco resulta de não estar a ver como as coisas acontecem na prática. De facto, no início do ano aprova-se um determinado montante de receitas, vão-se autorizando despesas e a certa altura chega-se à conclusão que as receitas não entraram e não podem ser cabimentadas. E foi isso que se passou. Chegou-se ao fim do ano as despesas deixaram de ser cabimentadas, tiveram de passar para o ano seguinte e foi esse o exercício que nós deparámos. Portanto, eu diria: não há nenhuma irregularidade desse ponto de vista, há se quiser uma deficiente gestão orçamental, mas penso que não há nenhuma irregularidade, isto por um lado. Por outro lado e aceitando o pedido da bancada do PP, eu penso que sendo o único erro aquele da emissão dupla das senhas de presença dos membros desta Assembleia e sendo certo que isso está rectificado e que será rectificado neste orçamento, eu propunha que se aprovasse esta Conta de Gerência, ciente de que há um errozito derivado desta dupla emissão.”*

De imediato o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação o Relatório de Actividades relativo a 1997, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a Conta de Gerência relativa a 1997, tendo a mesma sido aprovada por maioria de vinte votos a favor (10PS+10PP) e nove votos contra (9PSD).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais.

Vogal Britaldo Rodrigues:

*“Foi presente à Assembleia Municipal um documento inserido no ponto 3 da ordem de trabalhos onde se afirma que durante o ano de 1997, a partir de meados de Dezembro “os serviços de contabilidade deixaram de proceder à cabimentação e subsequente processo de todos os documentos a débito do município”. Nestes termos, na defesa da transparência e da regularidade das contas de gestão de 1997, que os Aveirenses esperam de nós, votamos contra.”*

Vogal Raúl Martins:

*“Votámos a favor, porque interessa enterrar o passado, vamos passar para uma nova fase da vida autárquica. Mas gostaria de fazer um reparo a esta Assembleia, principalmente de uma pessoa muito particular desta Assembleia, que assumiu responsabilidades autárquicas no mandato anterior, que se sabe se calhar ultrapassou também as cabimentações de algumas obras que lhe estavam cometidas e que mesmo assim votou contra.”*

Vogal Jorge Nascimento:

*“A bancada do CDS/PP votou a favor as contas aqui apresentadas, por que a entidade com o dever de as apresentar, aqui declarou estarem certas.”*

### **PONTO N.º 3 - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO - 1.ª REVISÃO**

Presidente da Câmara:

*“Muito rapidamente, gostava de dizer o seguinte: uma vez analisada a situação financeira da Câmara e de acordo com a avaliação que fizemos, vimo-nos na necessidade de contrair um empréstimo. A mera contratação do empréstimo obriga por definição a alterar o orçamento, porque se vamos alterar o orçamento em mais um milhão cento cinquenta mil contos, as respectivas despesas têm que aparecer justificadas e ao procedermos a esse exercício verificámos que outras alterações tinham que surgir. Havia todo um conjunto de obras que estavam subavaliadas, obras que apareciam com valores irrisórios em relação àquilo que já este ano tivemos de pagar por elas e havia obras que apareciam orçamentadas sem valor nenhum e nós sabíamos que haviam dívidas enormes em relação a essas obras (estou a lembrar-me por exemplo da pista de atletismo) cujo valor orçamental era zero, sendo certo que nós sabíamos que mais de 200 mil contos tinham de ser orçamentados e assim sucessivamente. Portanto, por um lado uma nova receita (o empréstimo) por outro lado a constatação de facto, informados pelos serviços de que obras estavam subavaliadas e outras pura e simplesmente sem verba inscrita e, finalmente, obras novas que correspondem a uma nova ideia daquilo que são as prioridades do município para este ano e um maior rigor orçamental. E com base nisto, de facto, tivemos que elaborar um novo orçamento e um novo plano de actividades.*

*Entre as novidades, eu gostava de referir por exemplo: os terrenos para o Parque de Feiras, a verba inscrita era zero; a verba inscrita para a Europa dos Pequeninos era zero; a verba inscrita para a escola das Agradas era zero; a verba inscrita para o quartel do parque, que era zero; obras nos Paços do Concelho que era zero; instalações dos serviços municipais zero; o prolongamento do Cojo e o lago da fábrica campos aqui não era zero, mas era uma verba insuficiente para os objectivos; a pista de remo zero; o pagamento da pista de atletismo zero; o mercado de Santiago zero. Como vêem, só pelo elencar destas obras e não estou a ser exaustivo, fez-se muita política no último orçamento, de facto, inscreveram-se obras que depois na prática não tinham correspondência nem margem orçamental. Depois, obras claramente subaproveitadas: o mercado de Santiago; a pista de atletismo; os museus municipais; as piscinas do Beira-Mar, etc. Para vos dar alguns exemplos muito concretos: a pavimentação da rua EN235, tinha no orçamento para 98, zero e nós já gastamos este ano 18.940; a pavimentação da rua nas azenhas de Santa Joana tinha zero e nós já gastamos 19.795; a pavimentação das ruas na Bela Vista tinha zero e nós já gastamos 11.000; a pavimentação dos passeios na praça do milenário tinha zero e nós já gastamos 17.250; a pavimentação da N235 entre a Costa do Valado e o lugar de S. Bento tinha zero e nós já gastamos 19.000; a pavimentação da rua do Raso e Taboeira e já lá vão 5 mil e tal contos; a pavimentação dos arruamentos do Centro de Saúde que já estão concluídos, já lá gastamos 17.546. Bem e todo um elencar de verbas menores que todos tiveram oportunidade de constatar.*

*Conclusão: apesar da nossa intenção e da nossa filosofia quando partimos para esta revisão ser a de introduzir as alterações estritamente necessárias para fazer corresponder a despesa ao aumento da receita que íamos contratar, vimo-nos obrigados a introduzir mais um conjunto de alterações para repor a verdade e para que este orçamento fosse um orçamento de rigor e de verdade. E é esse orçamento que agora vós é submetido. Devo dizer que, obviamente, tivemos que reduzir verba em algumas rubricas e quando o fizemos foi uma vez mais em abono da verdade, isto é,*

*não vale a pena estar a criar expectativas às pessoas, se nós neste momento já sabemos que aquela obra pelo desenvolvimento em que está ou porque na realidade já não se faz este ano, a verba já não vai ser precisa. Não quer dizer que se sacrifique, quer dizer que este ano já não vai ser possível fazer. Bom ... penso que em geral estão aqui já alguns tópicos importantes para que se perceba a alteração que nos propomos fazer ao orçamento e ao plano.”*

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Armando Manuel Dinis Vieira e Pedro Machado Pires da Rosa.

Vogal Jorge Nascimento:

*“Sr. Presidente, esta bancada e eu próprio reconhecemos a este Executivo o direito que tem de governar segundo a sua filosofia e a fazer as alterações ao Orçamento e ao Plano que foi proposto pelo Executivo anterior. O primeiro reparo, reside no facto de esta proposta de revisão nos ser apresentada com relativo atraso em relação ao prazo que o regimento manda. É provável que, entre a data de entrega e a presente já tenha decorrido esse prazo, mas ainda assim no meu entender há razão para o reparo. Um outro reparo de natureza formal que eu queria fazer e com algum relevo, é que segundo me é dado saber, esta revisão foi feita sem a consulta aos Srs. Presidentes de Junta, pelo menos os Presidentes de Junta com quem eu falei manifestaram o seu desapontamento por não terem sido ouvidos. Portanto, penso que é importante que se consultem as pessoas. Esta falha teve algum impacto, porque realmente segundo a análise que faço do documento houve claramente nele um maior gasto nas freguesias urbanas, designadamente, Vera Cruz, Esgueira e Glória, que nas ditas freguesias rurais. Poderá haver até alguma razão para que esse aumento relativo tenha sido superior nas freguesias que anunciei e não seja nas outras, simplesmente, à primeira vista e a Câmara também não explicou e a meu ver podia também ter explicado, ter feito um documento a explicar as alterações. O Sr. Presidente fê-lo agora aqui, mas a meu ver seria útil pelo menos que a Câmara tivesse apresentado um documento mesmo que sumário, para que esta Assembleia pudesse ter logo à partida um entendimento de qual foi a filosofia seguida pela Câmara.*

*Gostaria agora de fazer algumas perguntas concretas sobre verbas concretas que constam deste documento. O Sr. Presidente já disse que havia obras em curso, que estavam a zero e que agora têm expressão, que estavam no anterior orçamento, mas que não continham lá qualquer verba, designadamente, todos estas pavimentações que o Sr. Presidente enunciou. Presumo que estas obras que o Sr. Presidente enunciou já estariam projectadas e em curso e que elas já estariam em execução e que o motivo da alteração é elas já estarem em curso, porque realmente do que se trata é de arranjar cabimento para umas verbas que já estavam a ser gastas. Agora, fala-se em organização dos serviços de informática e inscreve-se para esse efeito uma verba de 25 mil contos. Eu que sou um utilizador razoável de um PC e que tenho os conhecimentos ao nível de um operador, não tenho o entendimento para avaliar o que é que se vai fazer com estes 25 mil contos. O que é a Câmara pretende com estes 25 mil contos, se vai instalar algum software, que virtualidades a Câmara vai tirar e se isso tem algum reflexo por exemplo ao nível das obras, numa resposta imediata a dar às pessoas de um qualquer pedido à autarquia, isto nas obras ou noutra serviço. Depois, qual a razão porque saiu a verba de 30 mil contos da base cartográfica, quando penso que é necessário actualizar a cartografia local. Não percebo muito bem porque é que se inscreveu uma verba para aquisição de terrenos da Casal! Ao que me é dado saber o*

*problema da Casal foi um problema que andou por aí quase dois anos para resolver, o que é que a Câmara ainda tem de resolver à Casal? Não está explicado. Porque a Casal, quando veio a esta Assembleia a aprovação do Plano de Pormenor, garantiu a preservação dos postos de trabalho numa nova fábrica, em terrenos que ela própria iria adquirir. Serão terrenos que a Câmara vai comprar à Casal no local de urbanização? Serão terrenos que a Câmara vai comprar para a Casal, a que título? Também porque é que sai do orçamento uma verba que estava destinada aos pavilhões da escola de S. Bernardo e Cacia? Porque é que essa verba desaparece, porquê? Depois o Sr. Presidente falou que não havia verba para obras nos Paços do Concelho. Está inscrita agora realmente uma verba de 120 mil contos, mas já anteriormente estava outra de 50 mil, porventura não chegaria, mas o que é facto, é que já estava inscrita uma verba de 50 mil contos.”*

Vogal Filipe Brandão:

*“ Sr. Presidente, Srs. Vogais da Assembleia, apenas para referir relativamente ao documento que hoje nos é submetido, eu queria registar apenas alguns brevíssimos considerandos. No dia 14 de Dezembro de 1997, cerca de catorze mil eleitores confiaram o seu voto ao Dr. Alberto Souto e ao Partido Socialista. Esta é a primeira proposta de governação que o Executivo traz a esta Assembleia. Há pois, do meu ponto de vista, um imperativo de consciência que impende sobre todos os membros desta Assembleia, qual seja, o de respeito integral da vontade democrática expressa no último acto eleitoral. Porque entendo, que à aventurarmos por esse caminho as horas que esta Assembleia já consumiu até este momento serão bastamente ultrapassadas, eu quero apenas dizer que em conformidade com o atrás dito, a bancada do Partido Socialista aprovará esta proposta.”*

Vogal João Barbosa:

*“Sr. Presidente, só para um esclarecimento. Era para me informar se estes terrenos junto à messe de oficiais, são os terrenos situados na rua Eng. Oudinot. Sobre a retirada aqui de uma verba para a construção de uma escola aqui na Vera Cruz, em princípio acho correcto, porque há dez anos que vinha inscrita a verba no orçamento da Câmara Municipal de Aveiro e nunca se fez nada. Espero que no próximo orçamento da Câmara Municipal o Sr. Presidente não se esqueça de mencionar uma escola básica em Sá Barrocas e Forca Vouga, pois são zonas hoje de grande população habitacional e esta população é constituída na sua grande maioria por casais jovens e as pessoas já começam a pedir escolas para estas zonas.”*

Entraram na sala os Vogais Álvaro Patrício do Bem e Manuel Júlio Braga Alves.

Vogal Britaldo Rodrigues:

*“Muito Obrigado, Sr. Presidente. Uma primeira apreciação deste documento leva-me a pedir um esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara, que também se refere a uma intervenção desta bancada numa reunião anterior, porque em nenhum documento vem expresso o assumir de responsabilidades no âmbito do PROCOM. Ao nível da nossa bancada pensamos que o PROCOM, protegendo de facto os pequenos e médios empresários desta cidade, é fundamental para estes tenham alguma capacidade de defesa perante os interesses das grandes superfícies ligadas a grandes grupos económicos e que portanto, precisam os nossos empresários de terem salvaguardada a defesa que deve ser feita através desta autarquia dos seus próprios interesses. Como existe um programa para este assunto, parece-me que se a Câmara não cumprir tudo o*

*que está ao seu dispor para conseguir este desiderato é uma grave perda e se tal suceder, (espero que não) esta bancada terá de pedir uma indemnização para os pequenos e médios empresários que forem prejudicados, esperemos que não.*

*Quero dizer, que ao longo de todo este plano de actividades estão aqui um conjunto de soluções, que constituem pontos, que a seguir discutiremos e sobre ao quais temos algumas dúvidas e por isso temos algumas dúvidas em relação à aprovação deste documento. Uma coisa que nos preocupa, por exemplo, é quando uma análise que é feita de operações financeiras que é feita de médio longo prazo em curso e a análise da capacidade de endividamento da Câmara Municipal de Aveiro num período de dez anos e que fundamenta um pedido de empréstimo à banca, quando verificamos que em 1998 a capacidade de endividamento é de 47% e que no ano de 2001 será apenas de 90%. Embora sobre o ponto de vista técnico alguém possa falar melhor do que eu, sobre o ponto de vista político assusta-me que a anterior Câmara tenha deixado uma capacidade de endividamento de 47% e em 2001 tenhamos uma capacidade de endividamento utilizada de 90%. Quer dizer, quem segue tem uma capacidade de endividamento de 10% e que se prolonga depois até ao ano de 2007 com uma capacidade de 70%. Naturalmente haverá explicações para tudo isto. Portanto, eu diria que se trata de olharmos para este documento com preocupações, eventualmente teremos dúvidas quanto à alienação dos terrenos dos armazéns gerais, temos dúvidas que esperamos venham a ser esclarecidas, no arrendamento e aquisição de instalações para os armazéns gerais; gostaríamos de perceber melhor a aquisição do teatro aveirense. Aqui de facto, muito assunto que está misturado que numa primeira análise, eu pediria o favor de esclarecimentos sobre estes dois pontos e depois noutras comunicações teremos de voltar a falar sobre este assunto.”*

Vogal Virgílio Nogueira:

*“Sr. Presidente, Senhores Deputados. A revisão do Plano de Actividades e Orçamento que ora debatemos não consubstancia uma nova política de Juventude para o nosso Concelho. Não se verifica a ruptura com o passado que os jovens deste concelho auguram. Este Plano e Orçamento previstos nada concorrem para tornar Aveiro num concelho jovem, solidário e de futuro. Não se vislumbram investimentos que visem uma acção social estratégica; não são mantidas em observância medidas que contribuam de forma directa ou indirecta para a formação e integração profissional; nada se faz para garantir o enraizamento dos jovens nas suas mais pequenas comunidades; a criatividade e o arrojo não são de todo apanágio deste plano e orçamento.*

*De resto a dotação para um equipamento estruturante como o Centro Municipal de Juventude é escassa, o apoio às associações juvenis mantém a sua anemia sistémica; o concreto é desvanecido em medidas vagas e ambíguas. De permeio entre o nada e coisa nenhuma do plano, passe a hipérbole, encontramos um “informativo jovem” que esperamos sinceramente não venha a redundar num reduto ideológico propagandístico, daí defendermos uma linha editorial que, despojada de tutelas, deve ser definida pelos agentes do movimento associativo em ordem a uma sadia promoção da intervenção cívica juvenil.”*

Vogal Victor Martins:

*“Sr. Presidente, desejava fazer uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara em relação ao terrenos da EB de Santa Joana. Em Dezembro veio a esta Assembleia a aquisição dos terrenos e segundo sei, as obras estão paradas em virtude de não se ter ainda feito a aquisição do terreno. Soube ainda, por um técnico da Câmara, que a proposta da aquisição devia vir a esta Assembleia em virtude do montante, como verifico que tal*



*não consta da revisão do Plano. Gostava também de perguntar ao Sr. Presidente, pois à cerca de dois meses em visita a Santa Joana, falou-se na unidade de saúde de Santa Joana. Qual o meu espanto, o anterior executivo tinha agendado cerca de 40 mil contos para início das obras e agora são reduzidas em cerca de 15 mil contos. O Sr. Presidente quando esteve lá, visitou e até verificou que havia necessidade da construção . Quanto a habitação social havia também orçamentado 50 mil contos, que era para construção de 23 habitações na Azenha de Baixo e foram retirados 30 mil contos. Eu gostaria que me desse uma informação, como sabe a unidade de saúde existente não oferece condições aos habitantes de Santa Joana e havia por parte das pessoas a ideia que esta Câmara ia pôr mãos à unidade de saúde, portanto o que me dá a entender que este ano não vamos ter Unidade de Saúde. Quanto à habitação também gostaria que me informasse como é que está os terrenos da Azenha.*

*Eixo estruturante: Há coisa de um mês o Sr. Presidente disse que tinha mais ou menos o estudo terminado e eu perguntei porque é que Santa Joana não tinha sido consultada, e o Sr. Presidente disse na altura, que ia marcar uma reunião, já lá vai mais de um mês. Queria ainda perguntar ao Sr. Presidente pela rotunda junto da policlínica que dará entrada para a freguesia, pois como sabe Santa Joana está isolada, mesmo por causa das crianças que vão para a escola de Esgueira.*

*Saneamento: Foi prometido pela anterior Câmara, que do contrato com a ERSUC, havia compromissos de que o saneamento em Azenha de Baixo seria incluída nesse acordo. Como até ao momento não tenho informação nenhuma, gostava de saber. Gostava também de saber a questão do emissário que fica junto à Forca, pois só a partir dele é possível a parte mais antiga da freguesia ter saneamento. Por último, na reunião que tivemos com as juntas de freguesia, o Sr. Presidente pediu contenção e que trazia a esta Assembleia um pedido de empréstimo. Qual foi a minha surpresa, pois normalmente quando se fazia uma revisão de orçamento as Juntas de Freguesia eram chamadas para darem sugestões (pelo menos no último mandato) e como o orçamento aumentou em mais de dois milhões, pelo menos poderia haver alguma contrapartida para algumas freguesias, para algumas obras.”*

**Vogal Armando Vieira:**

*“Muito obrigado. Desejaria colocar algumas questões ao Sr. Presidente da Câmara e começaria por dizer que estamos a começar mal, Sr. Presidente. Estamos a começar mal porque tal como foi já aqui referido anteriormente nós estávamos habituados, nomeadamente com o anterior Presidente da Câmara, Prof. Celso Santos, (porque com o outro não era possível também e V. Ex.<sup>a</sup> está a imitá-lo) a dialogarmos quando havia correcções a fazer. Obviamente, essas correcções não seriam totalmente satisfeitas, mas havia diálogo e até muitas vezes se faziam acertos pontuais, com mudanças de obras em função daquilo que nós localmente entenderíamos como prioritário para a nossas terras. A constatação desta situação é uma tristeza e ainda uma outra, é que, o reflexo deste documento resulta num aumento das assimetrias entre o concelho urbano e o concelho rural. É grave, Sr. Presidente. E pela minha parte não ficarei calado, em nome da defesa da minha freguesia e até fazendo coro com os meus colegas se assim o desejarem na defesa das outras. O tecido urbano precisará dos seus investimentos, não ponho isso em causa, mas com certeza que todos reconhecemos que o concelho de Aveiro é uma vergonha na sua área rural ter a rede viária que tem. É uma vergonha nacional. E os Senhores passeiem um pouco pelos outros concelhos. O Concelho de Aveiro é uma desgraça a esse nível, eu estava à espera Sr. Presidente e faço-lhe aqui este desafio. As pessoas que aqui estão sabem que sempre que alguém actuou em conformidade com aquilo que eram os nossos desejos, não me custa absolutamente*

*nada cumprimentar, elogiar e dar os parabéns por isso, mas sempre que tiver que criticar também não haverá ninguém que me faça calar pelas mesmas razões. Sr. Presidente, há bocado V. Ex.<sup>a</sup> dizia aqui: não vamos conseguir gastar tanto dinheiro este ano como estava inscrito, daí a revisão orçamental proposta em determinadas obras, citou algumas. E eu lembro-me aqui de uma: a pista de atletismo que todos nós desejamos foi aumentada, nesta vamos gastar o dinheiro este ano? Nós sabemos que essa é uma obra que ainda não está garantida, daí porquê o reforço da verba? Fala aqui em instalações dos serviços municipais, 100 mil contos para esse fim, a que é que se destinam estes 100 mil contos, Sr. Presidente? Depois localizando os investimentos fora do tecido urbano, há uma estrada que a todos nos preocupa que é N335, que todos sabemos que as verbas são limitadas e qual é o nosso espanto que verificamos que elas ainda vão ser reduzidas. Na área do desporto fala-se aqui em pavilhões gimnodesportivos, eu gostava que isto fosse verdade e se for fico muito contente, mas acho que não há pavilhões gimnodesportivos em equação, haverá quando muito ginásios para as escolas e esta verba foi passada adiante provavelmente porque não se conseguirão estes ginásios este ano. Gostaria que me respondesse. Quanto ao eixo estruturante, tenho ouvido algumas intervenções e faço coro com os restantes Presidentes de Junta. Nós não fomos ouvidos quanto ao eixo estruturante e o eixo estruturante a meu ver e tanto quanto sei passa na freguesia de Oliveirinha e nós gostaríamos de saber e de acompanhar e de eventualmente sugerir acertos finais porque participamos em algumas reuniões sobre esta obra de transcendente importância para a vida do concelho. Portanto, gostaria que me esclarecesse sobre estas questões.”*

Entretanto entrou na sala o Vogal Rogério Mário Madaíl da Silva.

Vogal Fernando Leitão Miranda:

*“Muito Obrigado, Sr. Presidente. Vou centrar a minha curta intervenção num pedido de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara e ao mesmo tempo também, um lamento. O pedido de esclarecimento refere-se à verba atribuída para a instalação e adaptação do edifício da Santa Casa da Misericórdia a Centro de Saúde, que de seguida essa mesma verba é aplicada no Centro de Saúde de Esgueira. Queria saber se a verba é para o projecto se é para a aquisição do terreno, porque aqui não esclarece. Assim, como também acho incorrecta a designação de Centro de Saúde de Esgueira porque este pólo dois, creio que vai servir também Cacia, Eixo e não sei se mais alguma freguesia. O meu lamento é referir aqui a supressão da verba para a construção dos pavilhões gimnodesportivos nas escolas EB 2+3 do concelho, porque acho que a Câmara perdeu a oportunidade de dar uma prenda a 900 alunos na escola EB 2+3 Aires Barbosa, no seu vigésimo quinto aniversário.”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“Algumas reuniões atrás, quando foi aqui prometido pela parte da bancada do PS, que no mais curto espaço de tempo o Executivo apresentaria a esta Assembleia uma proposta de rectificação do orçamento e do plano de actividades 98, nós votámos da maneira que votámos, com base nesse pressuposto. Em segundo lugar, corroboraria de alguma forma as palavras do meu colega de bancada Dr. Jorge Nascimento, ao dizer que estranho o atraso na elaboração do documento, embora compreenda os motivos que circunstancialmente, espero, estar por trás ou ser a causa deste atraso. É evidente que o documento foi-nos apresentado e louve-se esse facto e louve-se esse facto pela iniciativa que o Executivo da Câmara Municipal resolveu tomar a peito e pelo que ele*

*próprio de si encerra de alguma tentativa de imprimir à gestão deste município um cunho muito próprio, um cunho personalizado, um cunho socialista. No entanto, porque não há bela sem senão, ao mesmo tempo que temos de louvar este facto, teremos que deixar de louvar outros que de bom grado louvaríamos e aplaudiríamos se tivessem sido menos mal tratados por este Executivo. Gostaria de trazer à coacção uma série de pontos, procurando abordá-los de forma sistemática e rápida. Na página n.º 1, órgãos de autarquia, passamos de 2.500 para 39.545, obviamente, este aumento de verba encerrará um aumento claro e definido por parte deste Executivo. O que acontece é que este objectivo parece claro e definido para este Executivo não é claro nem definido para esta Assembleia e como tal peço que me esclareça e esclareça esta Assembleia em relação à aplicação deste 37 mil contos mais neste objectivo.*

*Em segundo lugar passávamos para a página dois e vamos ver aqui aquisição de serviços, no global do programa temos uma diminuição de verba igual à totalidade da verba prevista. Não querendo criticar gratuitamente, não o farei, mas questionarei o Sr. Presidente da Câmara acerca desta redução drástica, porque já ontem aqui falei no plano pormenor da frente ria de S. Jacinto e o Sr. Presidente disse-me que ele estava incluído no plano de S. Jacinto, certamente terá resposta para o abdicar de todos estes pontos do programa. Ainda na página n.º 2, reforço a questão colocada pelo meu colega de bancada, Dr. Jorge Nascimento, em relação aos terrenos da Casal; mais 60 mil contos. De zero para sessenta mil contos! Houve-se no burgo que estará aqui uma manobra de auxílio à Casal com a compra por parte da Câmara dos terrenos, havendo o compromisso da Casal de posteriormente proceder à compra à Câmara Municipal desses terrenos agora aqui propostos pela Câmara Municipal. Como o diz que diz, muitas vezes encerra inverdades, também nesta questão eu questionaria directa e frontalmente o Executivo acerca do que quer dizer este aumento, para a compra dos terrenos da Casal. Conhecendo todos nós o processo à volta da Casal e do Carrefour etc., Sr. Presidente, por favor, esclareça-nos porque este ponto é realmente um ponto que tem de ser esclarecido.*

*Passávamos ao Eixo Estruturante: diz-se num órgão de comunicação social escrito, de hoje dia, 05 de Maio de 98, algumas declarações do autarca Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, em que se diz que em relação ao metropolitano de superfície, não é prioritário para o autarca e depois diz mais o Comércio do Porto “o autarca considera existir outras obras mais importante que a reconversão da actual linha do Vale do Vouga, nomeadamente, a construção do Eixo Estruturante, via que permitirá estruturar o acesso entre a cidade e as freguesias do concelho”. O Sr. Presidente da Câmara a um órgão de comunicação social diz que o metropolitano de superfície não é prioridade e diz que prioridade sim é Eixo Estruturante, primeiro ponto. No início desta sessão, o meu colega de bancada Sr. Joaquim Abreu, aqui disse e aqui teceu considerações oportunas e válidas acerca do Eixo Estruturante, as quais tiveram eco alargado em toda a comunicação social e que vem um pouco contra aquilo que o Sr. Presidente pensa do Eixo Estruturante. Foi aqui dito pelo meu colega de bancada e na altura não foi desmentido. O Sr. Presidente disse que ia tomar em atenção as opiniões do Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Eixo e, portanto, sim senhor, o Eixo Estruturante continua a ser uma prioridade. A linha do Vale do Vouga não o é. Mas agora, olhando para a rectificação do plano de actividades e orçamento na rubrica que diz respeito ao Eixo Estruturante, rapidamente nos apercebemos que a mesma encerra menos 40 mil contos. Passamos 120 mil para 80 mil que estão previstos agora. Metropolitano de Superfície não é prioritário, prioritário é o Eixo Estruturante, toma lá leve menos 40 mil contos. Como o Sr. Presidente diz que esta via estruturará o acesso às freguesias, não considera este Executivo que esta retirada de verba prevista na*

*rectificação que a Câmara e o seu Executivo apresentam a esta Assembleia, prejudicará a tal estrutura de acesso às freguesias, ou entende o Sr. Presidente que deve fasear o investimento e que isto apenas corresponde a um faseamento do investimento. Porque é que os Presidentes de Junta, a quem esta via rodoviária mais directamente diz respeito, não foram consultados nem ouvidos sobre este assunto? Uma pergunta directa, a que agradeço uma resposta muito directa. Termino com algo que até me desgosta um pouco. É o seguinte: O Sr. Presidente prevê, (página 6, protocolos com colectividades desportivas) 60 mil contos de aumento (de 40 para 100 mil contos). Louve-se a ousadia no apoio às colectividades desportivas. Assim sendo, responda-me por favor: a quais colectividades caberá a felicidade de auferir este aumento? Depois, atira-nos aqui para a remodelação do complexo municipal das piscinas, para o apoio da piscina do Sporting Clube de Aveiro, ao pavilhão do Beira-Mar, ao pavilhão dos Galitos, tudo verbas de milhares de contos, mas diz-se logo a seguir que para a construção de tanques de natação para aprendizagem no núcleo escolar de Esgueira e de S. Bernardo, zero. De vinte mil para zero. Ou seja, remodela-se aqui o complexo das piscinas na avenida dos “cinco nomes”, lá ao fim, mas tanques de aprendizagem em duas freguesias que estão tão necessitadas, reduz-se a verba para zero. Sr. Presidente, porquê? Depois a abdicação da construção dos polidesportivos em S. Bernardo, Cacia e Oliveirinha, que o Sr. Presidente não explica porquê nem porque não, terá sido um protocolo rompido por parte do Governo Socialista ou não? Correm vozes que sim. Se sim, porque é que o Sr. Presidente não se empenhou para que esse protocolo não fosse rompido? Se não é problema de um protocolo rompido ou esquecido, é claramente um problema de opção política sua e se é um problema de opção política sua, se resgata a S. Bernardo, Cacia, Oliveirinha e Aradas os polidesportivos que há anos vinham sendo reclamados por estas freguesias e se inscreve neste plano verbas avultadíssimas, para aquilo que este Executivo considera como prioridades, como sejam a pista do rio novo do príncipe, como sendo a construção do lago à frente do canal do Cojo e aqui permita-me fazer uma pergunta: sabe o Sr. Presidente certamente que aqueles terrenos são privados. A quanto é que o Sr. Presidente comprará para a construção do lago dos patos ou das aves raras, em frente ao Centro de Congressos, quanto é que custará à Câmara o metro em frente ao Centro de Congressos para o Senhor construir um lago? Explique-me então quais são as opções políticas inovadoras desta Câmara, para além do prolongamento do canal, para além de resgatar os polidesportivos às freguesias, para além claramente de ser uma opção política a espoliação das freguesias rurais em função das freguesias urbanas, não que elas não o mereçam ( e eu estranho que o Sr. Presidente da Vera Cruz não tenha feito um intervenção, como fazia há dois anos atrás). Explique-me Sr. Presidente. Acabo assim. Se isto são claramente opções políticas inovadoras ou se são apenas opções políticas de circunstância apenas utilizadas agora como pagamento de um voto claramente urbano.”*

Vogal Élio Maia:

*“Sr. Presidente, três considerações gerais e uma dúvida. A primeira consideração é para reafirmar a existência ou não de um diálogo prévio (terá existido ou não) com as juntas de freguesia em relação a esta revisão. O plano de actividades define, baliza, um percurso ainda grande, neste caso tem ainda um percurso de oito meses, e na escolha do percurso tudo o que seja ouvir as juntas de freguesia é bom, tudo o que seja não ouvir as juntas de freguesia parece-me mau.*

*A segunda consideração tem a ver com o rasurar indiferente de algumas obras que estavam previstas no plano anterior. Se é verdade que esse rasurar de obras é feito em*

*nome da verdade, também não deixa de ser verdade que houve expectativas que se criaram e que agora desaparecem.*

*Terceira consideração, dois terços da população de Aveiro reside fora deste grande núcleo urbano central. Parece-me que há aqui uma inversão neste binómio habitantes/investimentos e penso não errar, e se errar será por defeito, que apenas 30 % da população do concelho ficará com 70% desta primeira revisão e que 70% desta primeira revisão, destina-se a 30% da população do concelho.*

*Por último a dúvida. Ontem passei os olhos pelo Decreto Lei 341/83, é um diploma que regulamenta o plano de actividades, orçamento, conta de gerência das autarquias locais. E no n.º 6 do artigo 31.º e é uma dúvida que eu tenho e gostava (estão aqui espertos na matéria) que me pudessem ajudar neste âmbito, porque não tenho formação nesta área, no n.º 6 diz: “as propostas de revisão e de alteração orçamental não poderão contrariar os princípios fundamentais definidos neste diploma” o n.º 2 do artigo 21.º, diz: “apenas os empréstimos contratados servirão de correspondência às respectivas rubricas de receitas” a alínea d) do artigo 32.º diz: “as alterações orçamentais apenas podem incluir reforços, inscrições, dotações ou rubricas de despesa com as seguintes contrapartidas ” e na alínea d) diz: “produto de empréstimo autorizados pelo órgão deliberativo”. Esta é a dúvida, se esta Lei ainda se aplica, se está em vigor ou se já sofreu alteração. Muito obrigado.”*

**Vogal Henrique Diz:**

*“Muito obrigado, Sr. Presidente. Começaria em primeiro lugar por felicitar o Sr. Presidente da Câmara e o seu Executivo, pela coragem que tiveram de em vez de se continuarem a escudar no passado virem aqui propor um futuro. O que não quer dizer que eu esteja de acordo com ele, mas essa coragem é de realçar. Representa até, uma mudança na linha de actuação do executivo e de alguém que o vai apoiando de vez em quando.*

*Em segundo lugar gostaria de chamar a atenção para o facto, de nós estarmos aqui a discutir o erário público. Eu já ouvi esta expressão duas vezes nesta Assembleia e na mesma reunião, havia muitas pessoas preocupadas com ele e, portanto, hoje que o estamos a discutir seriamente (e não estamos a falar da capacidade que esta Assembleia tem de demorar o tempo que for necessário a discutir os assuntos que lhe são presentes) gostaria que houvesse as intervenções capazes de justificar porque motivo é que há alterações no orçamento da Câmara Municipal de Aveiro. Até porque não me parece que a lei permita que neste caso concreto possamos pedir a outras entidades como o IPE, para nos compartilhar nuns milhões de contos que a gente está aqui a necessitar.*

*Terceiro lugar gostaria de lembrar, que o orçamento que hoje está aqui a ser criticado, foi aprovado pelas bancadas do PP e do PS, se a história está correcta. Portanto, devo concluir daí que houve falta de informação certamente, do PP que estava no poder, para o PS que o aprovou e que permitiu aprová-lo anteriormente e hoje estar aqui a contestá-lo desta forma.*

*Quarta questão. O Sr. Presidente da Câmara certamente nos poderia ter poupado algum tempo que é tão precioso para todos nós, se tivesse junto a esta proposta alguma questão de fundo político que nos permitisse ler para além dos números. Sr. Presidente, quando eu leio estes números eu faço a minha interpretação da política que o Sr. Presidente decidiu seguir. Para que eu não seja injusto para com as suas opções, teria sido preferível que o Sr. Presidente nos tivesse apresentado um documento que justificasse as alterações políticas que este documento consubstancia. E seria também útil que nos tivesse feito referência aos factos que lhe permitem verificar as variações*

*que ainda hoje falou, quer nas despesas, quer aos factos que justificam as valorações dos bens. Permita-me ainda dizer-lhe, que daquilo que eu ouvi aqui e não foi apenas de Presidentes de Junta de oposição ao Executivo, mas foi também de um ou dois Presidentes de Junta que apoiam o Executivo, teria sido útil para todos nós, apesar da necessidade de acelerar o processo de preparação deste orçamento, teria sido útil que o tivesse discutido anteriormente nos pontos relevantes com outros interessados neste processo. Estas minhas considerações não têm a ver necessariamente com pontos que estão aqui colocados e que fazem parte da ordem de trabalhos seguintes, mas gostaria de lhe fazer uma pergunta concreta para que não seja apenas de filosofia esta minha intervenção. Eu fico satisfeito de verificar que o Sr. Presidente aderiu às Cidades Digitais, na medida em que até vai substituir a base cartográfica que estava prevista na rubrica aquisição de serviços, por um sistema de informação geográfica municipal, mas gostaria que o Sr. Presidente nos desse informações mais concretas sobre a forma como pretende obter este serviço. Muito Obrigado.”*

Vogal Virgínia Veiga:

*“Em termos muito sucintos, já que eu me tinha inscrito mais para me pronunciar um pouco sobre a intervenção do Sr. Deputado Britaldo Rodrigues, mas manifestamente fora do contexto, porque faz parte do ponto da ordem de trabalhos seguinte, para o qual já me inscrevia e, portanto, reservar-me-ei para aí. Entretanto, algumas intervenções merecem considerações breves, designadamente, alguma postura de base. Não sou ninguém para fazer juízos de valor acerca dos comportamentos dos outros, mas estive aqui na Assembleia Municipal anterior e estive com dois Presidentes de Câmara diferentes e diferentes em todos os sentidos, diferentes entre eles e diferentes de mim. E em circunstâncias paralelas a esta, assumi uma postura que gostaria de ver hoje assumida aqui pelos outros deputados municipais. No início dei-lhes tudo, tudo, para que pudessem gerir as suas próprias ideias e para que pudessem governar os seus próprios princípios e aquilo que se propuseram, dei-lhes tudo. Para os Srs. Deputados que aqui trazem actas e as lêem com atenção, é relêr. Esperava o mesmo tipo de comportamento, sobretudo daqueles que na altura louvaram o meu tipo de comportamento. A contrária seria ter encontrado grandes pontos de discordância em relação a tudo isto. Nós não os temos, é uma questão de nós subscrevermos pelo menos de uma forma politicamente séria, um aval a quem governa. Cá estamos depois para desancar e criticar. E, quando essa postura é assumida, nós temos muito que criticar, vamos ter muito que fazer, nós começamos não é mal, nós estamos a começar exactamente pelo princípio e vamos permitir ao Presidente da Câmara e a este Executivo, que é composto (porque a lei assim o exige) por várias cores, que tenha possibilidades de trabalhar ou não. A escolha está aqui um pouco nas nossas mãos, demoramos muito tempo a discutir tudo isto ou vamos ter ponto por ponto. Toda a gente sabe que o Presidente da Câmara não pode, no princípio do seu mandato, dizer tudo quanto sabe nem tudo quanto tem na cabeça. E se alguém sabe melhor do que isso é quem gere também na sua actividade profissional grandes projectos, como de grandes projectos se trata aqui. Para terminar só isto, dentro da mesma postura não gosto, com sinceridade não gosto, de ver chamar lago de patos a uma coisa que foi tão falada aqui durante o último Executivo. E eu pediria, que o facto de eu intervir sobre isto com total razão, não seja aproveitado para a Câmara perder mais um bocadinho de tempo e nós não aprovarmos mais rapidamente as medidas. Quanto ao protesto que foi apresentado, Sr. Presidente da Mesa, eu ontem protestei a intervenção do protestante, não aceitou o meu protesto, ele já falou dez vezes, espero não aceite o dele.”*

Vogal Manuel António Coimbra:

*“Muito obrigado, Sr. Presidente. Esta proposta de revisão do orçamento, é realmente um acto de que o PS quer ter uma gestão diferente daquela que o poderia distinguir da gestão do PP. No entanto, aquilo que pudemos tirar desta proposta de revisão do orçamento, se calhar, não é assim tão diferente. Há pontos em que estou de acordo, há outros que gostaria de discordar. Primeiro apresentam-se valores certos de obras já efectuadas, ainda bem porque é sinal que algumas obras já foram feitas. Destaco com certo regozijo a determinação da conclusão do mercado de Santiago, o mercado de Santiago anda a arrastar-se há muitos anos que se fala na conclusão. Vejo uma verba elevada demais para a fase adiantada em que o mercado de Santiago está, no entanto, que se acabe de vez com o mercado de Santiago e que não apareça mais nos planos, que o mercado de Santiago seja uma realidade.*

*Outra questão que aparece há muito tempo e que me parece há uma verba substancial e que espero que isso queira dizer, vamos acabar de vez com isso, é a questão das infra-estruturas da urbanização da Forca Vouga. Uma urbanização onde já mora lá muita gente e que ainda não tem as infra-estruturas necessárias. Acho que isso não deve acontecer.*

*Um ponto em que discordo, diz respeito àquilo que poderia ser a interligação da cidade com o Centro Cultural. O Centro Cultural ainda está longe da Cidade. E penso que a existência de um eixo cultural, tal como foi definido no plano estratégico, tal como aparece em vários planos, que faria a ligação de toda uma zona de Ria, toda uma zona de lazer, uma zona pedonal que pudesse ligar a lota ao Centro Cultural desaparecer deste plano para se dotar este plano só com um lago e com arranjos dos muros da Ria nas proximidades do lago e do Centro Cultural, discordo desta maneira de se arranjar e de se valorizar as boas instalações que nós temos no Centro Cultural e de Congressos.*

*No que diz respeito às pistas para velocípedes, bom... tira-se de um lado, põe-se do outro, é exactamente o que se tem feito ao longo dos anos, diz-se que se faz mas não se faz, mantém-se uma verba mas não se utiliza a verba. Mas há uma certeza, pode não haver pista para velocípedes, no entanto vai haver parques de bicicletas porque essa verba foi aumentada. Logo veremos se haverá ou não haverá. Outra questão que me suscita algumas dúvidas, já aqui foi falada mas eu também não resisto a pôr as minhas questões, diz respeito aos protocolos com as actividades desportivas. Para mim colectividades desportivas são aquelas que praticam desporto e que é diferente daquelas que dão espectáculo. Acho correcto que uma autarquia financie o desporto espectáculo, mas não lhe vamos chamar actividades desportivas nem vamos gastar as verbas destinadas às colectividades desportivas, para o desporto espectáculo. O desporto espectáculo quando muito deve estar inserido na área cultural, na área de lazer e nunca usar os subsídios que são atribuídos às nossas colectividades. De maneira que os 100 mil contos para as colectividades espero que vão para clubes que façam formação de jovens, para clubes que divulguem várias modalidades e não só para o desporto profissional. Muito bem que se apoie o desporto profissional, mas não seja só esse a ser apoiado. E já agora, quais vão ser então as prioridades desse apoio? Com uma dotação tão elevada com certeza que vai haver prioridades. Devia haver candidaturas. A anterior Câmara tentou fazer isso, era uma ideia louvável, não a conseguiu levar avante. Avançou com o programa Olimpo, todas as colectividades acharam muito bem, não deu nada. Qual vai ser o critério de atribuição dos subsídios? É quem pede ou vai haver candidaturas? Acho que devia ser por candidaturas, por uma questão de transparência, para as nossas colectividades mostrarem o que valem, para poderem ter os apoios condignos por parte da Câmara Municipal.*

*Por último gostaria de me referir à questão da Juventude. É que acabam demasiadas iniciativas que tinham sido lançadas no mandato anterior, para a juventude. Há quatro anos atrás não se falava em iniciativas para a Juventude. Foram lançadas muitas iniciativas para a Juventude, como em tudo, algumas bem sucedidas outras nem por isso, vai acabar completamente as actividades para a Juventude. Criam-se uma ou duas, há mudanças, pelo menos muda o nome, esperemos que pelo menos mude mais alguma coisa. No entanto há uma que eu gostaria de registar, que diz respeito à casa Municipal da Juventude. Sr. Presidente, só espero que esta casa da Juventude não seja mais um museu da Juventude ou da Juventude do passado, que seja uma casa viva e que não seja uma casa para as moscas ou para colectividades que reunam uma vez por mês, de vez em quando, que seja uma casa com dinamismo e não uma casa parada, que eu temo possa vir a acontecer.”*

Vogal Joaquim Abreu:

*“Sr. Presidente da Mesa, Srs. Deputados, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, eu resolvi fazer uma curta intervenção, vou ser objectivo, já estamos a prolongar muito a nossa conversa muita das vezes sem objectividade, mas fui forçado a dizer algumas palavras porque ao analisar a proposta de revisão do plano de actividades, verifico na página 10, uma coisa muito interessante.*

*Eu vou reportar-me há uns anos atrás numa visita que o Dr. Girão fez às freguesias. Eu chamei à atenção do Dr. Girão nessa visita, para a situação caótica em que viviam muitas famílias em Eixo, em situação de miséria absoluta, que era necessário encarar a possibilidade de fazer casas em Eixo de renda social. O Dr. Girão deu-me ordem para fazer um levantamento das necessidades e eu encontrei 28 casos. Desses 28 casos analisados atribuíram a Eixo 22 casas. Comprou-se o terreno e andamos num impasse durante muitos anos, até que começaram a aparecer noutras freguesias também necessidades de se fazerem casas e Eixo foi contemplado com 20 casas. Julgámos nós que essas 20 casas seriam distribuídas aos casos de necessidade em Eixo, mas infelizmente introduziram 4 famílias que ninguém as queria na distribuição e os nossos ficaram de fora. Depois de alguns protestos consegui eliminar dois casos e ficaram uns tantos à espera de melhor sorte. Entretanto eu tive oportunidade de localizar um terreno com muita aptidão, barato, com 6 hectares, e fiz um ofício para a Câmara apontando esse terreno para autoconstrução e habitação social para resolver o resto dos casos de Eixo. Ao ler a página dez proposta de revisão vejo: construção de habitação social nas freguesias de Quintãs, S. Jacinto, Cacia, Aradas e Santa Joana. Meus Senhores, eu há bocado votei (a minha freguesia recebeu o ano passado 8 mil contos) a favor as contas e houve outras freguesias que receberam 80 mil contos e votaram contra. Eu mais uma estou a ser penalizado e estou aqui a chamar a atenção do Executivo camarário para este caso, ou houve um lapso a elaborar este documento e então ainda estamos a tempo de rectificar este documento, ou eu não me conformo com isto. Mais uma vez a freguesia de Eixo ficou para trás.”*

Vogal Rogério Madaíl:

*“Muito Obrigado, Sr. Presidente. A proposta, como já foi dito aqui, deveria vir com uma justificação das alterações proposta e um enquadramento estratégico, acho que é importante que isso seja uma prática corrente, para que possamos ver o que o Executivo pretende quando apresenta estas propostas. Analisando em termos globais temos o seguinte: é apresentado um aumento de um milhão duzentos e quarenta e nove mil contos, quer nas despesas quer nas receitas, financiadas fundamentalmente por um aumento de um passivo financeiro de financiamento de um milhão cento cinquenta mil e*



*de transferências do sector público. Mas onde é que nós vimos a aplicação das receitas? A grande aplicação das receitas aparece em despesas de investimento. O que está um bocadinho em contradição porque diz que era para pagar despesas do ano anterior, portanto fazer a revisão do ano anterior e aparece aqui um forte aumento no investimento. Penso que, tendo em atenção as dificuldades financeiras da Câmara, que é um bocado ousado avançar com um investimento tão forte. Até porque se põem em causa implicações financeiras. Deveria ser também apresentado um plano de tesouraria que evidencie a capacidade de financiamento para fazer face ao serviço de dívida no futuro. São estas duas questões que eu queria pôr, para além de uma terceira que tenho algumas dúvidas que seja possível fazer uma aprovação do plano sem que esteja aprovado o empréstimo bancário pelo Tribunal de Contas. Gostaria que me esclarecesse sobre isso. Aguardo a vossa justificação.”*

Vogal Diogo Machado:

*“Um protesto à Mesa ao abrigo do artigo 41.º do Regimento, encerrando em si próprio um protesto ao abrigo do artigo 46.º do mesmo Regimento. Para alertar a Mesa que, eram 22:50 horas, deste dia 5 de Maio e o Sr. Presidente da Mesa leu a lista de Deputados municipais inscritos para usarem da palavra, e disse que encerrava as inscrições. Eram 11:07 horas, quando sem antes ter protestado, o visado, a sua não inclusão por falha da Mesa na lista dos Deputados municipais inscritos para falarem e refiro-me ao Dr. Raúl Martins, eram 11:07 horas, quando o Sr. Ex.mo Presidente da Mesa anunciou que por lapso da Mesa também estava inscrito o Dr. Raúl Martins. Não que queira impedir o Sr. Raúl Martins de falar, mas apenas para que fique um protesto em acta, de que considero esta condução prejudicial ao normal funcionamento dos trabalhos desta Assembleia.”*

Presidente da Mesa:

*“Esse seu reparo merece uma explicação. O Deputado Raúl Martins disse que se tinha inscrito, a Mesa não viu. Eu não ponho em dúvida a palavra do Raúl Martins, não o farei em relação a qualquer outro elemento. Mesmo quando eu li a lista dos inscritos o Raúl Martins diz que não se apercebeu que não constava da dita lista. Tem a palavra o deputado Raúl Martins.”*

Vogal Raúl Martins:

*“De facto eu tinha-me inscrito, a Mesa não se apercebeu, eu estava a estranhar não ser chamado a falar, foi por isso que me desloquei à Mesa. De facto, já noutros tempos me tentaram calar, espero não seja agora num regime democrático que me obriguem a calar, muito menos na Assembleia da minha terra. O que se levanta aqui, com tudo o que foi dito, é um problema económico fundamental que é: os recursos são sempre escassos e as necessidades são sempre múltiplas. E os políticos gerem isto de acordo com a sua visão política para os problemas de uma cidade. Eu podia estar aqui muito zangado é se, aquilo que o Sr. Presidente aponta aqui não tivesse sido focado no seu programa eleitoral. Ora aquilo de que acusam o Sr. Presidente, de que vai gastar dinheiro, foram precisamente as suas bandeiras do seu programa eleitoral e foi por isso que ele ganhou e que mereceu o apoio maioritário dos Aveirenses. Reflectam nisso. E se o Eng.º Élio Maia está muito preocupado com estas coisas, porque diz que os benefícios que o Sr. Presidente quer são para 30% da população, regozije-se, porque os outros 70% da população vão votar nas listas de V. Ex.ª. Estamos num sistema de alternância política, 70% das pessoas vão-se sentir prejudicadas com isto e vão dizer: O Dr. Alberto Souto e a sua equipa são uns malandros, vamos votar noutros (não sei*

*em quem, ainda é cedo. Não é do PSD, desse eu já sei é o Belmiro Couto. Os outros não sei). É isso que é política. Está o Sr. Presidente aqui a apresentar alguma despesa que não estivesse prevista no seu programa eleitoral? Vamos nós aqui cortar-lhe a possibilidade de ele cumprir aquilo que prometeu ao eleitorado e que lhe deu a vitória? O Sr. Eng.º sabe, a política é a ciência da negociação, e é a isso que nós estamos dispostos e é para isso que o Sr. Presidente está aqui, está a negociar a boa vontade de todos os Aveirenses e a negociar aquilo que prometeu aos Aveirenses que ia cumprir. Eu estou preocupado, porque o Sr. Élio Maia veio aqui com muitas dúvidas. Eu tinha medo é que viesse com dúvidas a juntar aquelas que o Executivo anterior deixou para este Executivo resolver. Já agora lhe digo uma coisa: há uma diferença muito grande entre uma revisão orçamental e uma alteração orçamental e é por isso que V. Ex.ª, senhor Eng.º, não utilizou o artigo correcto quando fez menção de que tinha aquelas dúvidas, o artigo não é esse é o a seguir. O Sr. Dr. Nascimento brindou-nos com um assunto bastante comedido. Sempre gostei do Dr. Nascimento, tanto mais que abordou um problema regimental de alguma importância. Agora não gosto, como outras pessoas também não gostaram de alguns comentários de alguns Presidentes da Junta, que de facto, veio aqui enumerar inúmeras carências que tem a sua freguesia, quando ainda há pouco tempo acabou de construir um Pagode Chinês onde enterrou largas dezenas de milhares de contos, muito mais do que aquelas que estavam previstas efectivamente pelo anterior Executivo gastar naquele edifício. Isto é farisaísmo político puro e simples, e acho perfeitamente incorrecto que se faça chincana política a esse nível.*

*Quanto aos problemas de Juventude: O Sr. Virgílio Nogueira é novo, o Sr. Dr. Coimbra já é meu colega do anterior Executivo, eu tenho muita pena de a gente ter cortado aquele projecto lindo do seu cunhado, que era o projecto da Crypta 3000, e o Executivo cortou e cortou bem. Sr. Prof. Britaldo, «45% de endividamento 90% no ano de 2001». Em todos os empréstimos há, como V. Ex.ª sabe, o período de carência, é por isso que não é reflectido imediatamente no exercício em que se faz a utilização do dinheiro, porque senão, seria logo mais elevada no ano seguinte. Gostaria de fazer mais alguns comentários mas não quero prejudicar o andamento dos trabalhos, mas não gostaria de terminar sem fazer alguns comentários àquilo que o Sr. Diogo Machado nos brindou. Brindou-nos com uma exaustiva análise desta proposta de revisão (Pressuponho que a tenha lido), porque não faz sentido aquilo que o Sr. diz. Eu vou-lhe explicar porque é que não faz sentido. Sr. Diogo Machado começou por pedir informações porque é que há um aumento nos órgãos da autarquia de 37 mil contos. Sabe para que é Sr. Diogo, o senhor sabe a resposta, é que quando uma pessoa vem aqui fazer perguntas de que sabe a resposta, para se exhibir, não está efectivamente a fazer o seu papel de Deputado Municipal. O senhor sabe a resposta, está lá escrito, é para tentar reestruturar os serviços que foram deixados na desgraça que foram deixados, que como sabe foram deixados naquele estado miserável que o Dr. Alberto Souto e a sua equipa encontrou aquela câmara. Muito obrigado Sr. Presidente.”*

**Vogal João Barbosa:**

*“Eu gostava de responder ao meu amigo que está vestido de vermelho, que estava distraído e que não ouviu a minha intervenção, mas como não me considero um eclético, só falo quando devo e na defesa dos reais interesses da Freguesia da Vera Cruz, do Concelho e sempre solidário com os Presidentes de Junta de Freguesia, também não esqueço que a Câmara só está em exercício há três meses e o que se tem visto nesta Assembleia é um total boicote ao funcionamento desejado. Se bem se recorda o meu amigo, no último mandato fiz sempre intervenções no intuito construtivo*

*e votações que nunca prejudicaram a Câmara. Já agora, para não me alongar mais, informo que não leio os “irmãos metralha” antes de vir para esta Assembleia .”*

Vogal Jorge Nascimento:

*“Se nós levássemos à letra e a sério o orador que me antecedeu, certamente, e agindo em conformidade diríamos assim: o Partido Socialista que vote o seu programa, porque se a votação deve ser de acordo com o programa eleitoral só e não há respeito pelas minorias, então o Partido Socialista que se atenha aos seus votos, se não tem em consideração os interesses dos munícipes em geral, então o Partido Socialista que vote. Outra questão: eu devo confessar que estou farto de ouvir alusões gratuitas, como sejam as alusões às dívidas. Mais uma vez, o Dr. Raúl Martins traz aqui a questão das dívidas sem dizer quais. Eu convido o Dr. Raúl Martins, se o quiser fazer mas que o faça de vez e com clareza , ou quem quer que seja, a trazer aqui verba a verba, quais foram as dívidas do Executivo anterior, que nós teremos resposta para isso. A título de exemplo cito só o seguinte: nas dívidas que sucessivamente vêm sendo apresentadas, algumas dizem respeito por exemplo a projectos que estão para ser executados, existem programas de obras que têm comparticipação estatal e comparticipação do executivo, pois nesse bolo a comparticipação da Câmara está inscrita. Então eu digo, uma forma simples de evitar a dívida é evitar o investimento. Estou a falar a título meramente exemplificativa. Reservo a explicação para quando o problema for aqui levantado. Agora, não nos venham para aqui levantar este problema assim no ar, para a informação veicular, isso não é nada. Nós estamos fartos de ouvir insinuações sem cabal demonstração.”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“Apenas para dizer Sr. Presidente, que também estou farto e saturado que também gratuitamente e sempre que melhores argumentos não surgem, se utilize como sistemática defesa, de propostas com o seu valor apresentadas por este Executivo a esta Assembleia, o estado miserável em que estava, o buraco da rua, a dívida de não quê... estou farto, estou cansado, creio que esta Assembleia também o está, de que com apenas 3 ou 4 meses de funcionamento, o principal boicote à aprovação de documentos que encerram algum valor, pelo mérito e pelo empenho postos por algumas pessoas que se decidiram a elaborá-lo, essas intervenções prejudicam claramente a apreciação que a minha bancada e eu próprio, aqui estamos a tentar fazer de um modo claro e inequívoco, colocando as perguntas que entendemos necessárias ao Executivo camarário. Digo-lhe apenas Sr. Presidente, que aqueles que hoje dizem que há para aí gente que anda a fazer perguntas para as quais já sabe a resposta de antemão, eram os mesmos que as faziam ontem e anteontem e que somavam os números das contas de gerência e encontravam falhas de cinco tostões e que hoje dizem que é perder tempo os deputados virem para aqui fazer perguntas para as quais já sabem as respostas. Pelos vistos Sr. Presidente, nesta casa há apenas uma pessoa que sabe a resposta para tudo, todos os outros são burros, há um colega nosso iluminado, que para tudo tem resposta e muito pouco me admiraria que dentro em breve não tivesse de suspender as suas funções, para prestar outro tipo de assessorias ao Executivo Municipal, dado o brilhantismo e a eficácia das suas intervenções. Diria também que, quanto ao total boicote que aqui se produz, a coitadinha da Câmara que apenas tem três meses de mandato, eu lembro que quem primeiro criticou os trabalhos da Assembleia e a condução dos trabalhos da Assembleia foi o Presidente da Câmara da nossa cidade,*

*logo a seguir à nossa primeira Sessão da Assembleia e nos órgãos de comunicação social locais, onde disse que a reunião devia ser mais bem conduzida.”*

Vogal Armando Vieira:

*“Só para referir aqui uma questão que ouvi ao meu caro amigo Dr. Raúl Martins e que foi infeliz, ao chamar a uma junta de freguesia um pagode chinês. Repudio essa afirmação e digo Sr. Presidente, que uma Junta é por mais ou menos importante que seja o edifício, a casa colectiva dos habitantes dessa freguesia, que têm normalmente muito orgulho nela mesmo quando ela é muito humilde e às vezes muito antiga e a precisar de obras. Mesmo quando é nova nunca tem suficientes instalações para servir cabalmente essa população e, porque essas juntas de freguesia não tem lagos à volta, nem tem jardins mais ou menos suspensos, nem projectos megalómanos, que os Presidentes de Junta por conhecimento real das situações não alimentam.”*

Vogal Raúl Martins:

*“Muito obrigado, Sr. Presidente. Só para dizer que quando me referi à Junta de Freguesia como pagode chinês, referi-me obviamente, ao seu custo. Uma obra faraónica que custou muito mais dinheiro do que aquele que estava inscrito, já me tinha referido a isso anteriormente e obviamente, custou dinheiro desajustadamente e se não se tivesse gasto esse dinheiro todo, certamente haveria neste momento dinheiro para fazer muitas outras obras, muito mais importantes para as freguesias e que as freguesias tanto precisam. O Sr. Armando Vieira fez aqui a utilização do direito de resposta por interposta pessoa. Sobre se há “buracos” ou não Sr. Diogo Machado, diga-me se é mentira que os há. Quanto ao problema das dívidas, vai ser bem claro no próximo ponto da ordem de trabalhos onde vamos discutir o empréstimo, quanto são essas dívidas e veremos quantos milhões de contos deixou de herança a Câmara anterior.”*

Presidente da Câmara:

*“Antes de mais agradecer aos Srs. Deputados as suas intervenções, úteis, que muito me apraz registar. Eu gostaria de responder a todos, mas de facto foi muito tempo, foi muita gente, mas vou tentar agrupar as questões principais. Quanto ao facto dos Srs. Presidentes de Junta não terem sido ouvidos ou consultados, como alguém aqui lembrou, foi de facto efectuada uma reunião umas semanas antes em que esta possibilidade foi de facto aventada e foi mesmo dito que na perspectiva dessa reunião os Srs. Presidentes de Junta poderiam enviar à Câmara as suas propostas de revisão em relação ao plano que existia. Alguns Presidentes de Junta conseguiram fazer isso, outros não. Mas mesmo os que conseguiram fazer isso, por infeliz coincidência de datas, estas quando me chegaram às mãos já tinha enviado para a Assembleia as alterações. De facto, até com problemas de consciência porque por mais um dia ou dois eu teria possibilidade de integrar essas contribuições. Mas fica da minha parte desde já, declarado e expresso, que haverá toda a boa vontade para com os Srs. Presidentes de Junta, tentar ver qual a flexibilidade deste documento que espero venha a ser aprovado, para nos aproximarmos daquilo que são as urgências das Juntas de Freguesia e se necessário for, porque a causa é boa, não me custa trazer uma segunda revisão do plano se for o sentir generalizado dos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia.*

*Também dou a mão à palmatória, se eu estivesse do vosso lado faria a mesma crítica, falta de facto, neste documento uma introdução explicativa sobre as grandes linhas que presidiram a esta revisão. A explicação é também o tempo, isto foi um grande esforço*

*para podermos apresentar isto a tempo desta Assembleia e mesmo assim como alguém notou, não conseguimos cumprir o prazo que estava regimentalmente estatuído.*

*Perguntava-me alguém porque é que eu vou gastar 25 mil contos em serviços de informática, para quê e se é suficiente. Bom... quem conhece o estado de equipamento informático da Câmara percebe logo que este dinheiro é urgente e é manifestamente insuficiente para os tempos que correm. Eu próprio tive de emprestar o meu computador na primeira semana a um funcionário da Câmara. É de facto urgente equipar os nossos técnicos com computadores. É um princípio, mas também contamos com as verbas da “Aveiro Digital” para dotar a Câmara de uma forma generalizada de todos os meios informáticos necessários, e daí, isto não ser contraditório com o se ter retirado a base cartográfica. Os 30 mil contos que saíram, não saíram, mudaram de página, mas como perspicazmente o Prof. Henrique Diz detectou, estão incluídos numa verba mais global de 50 mil contos que prevê não apenas a base cartográfica mas toda a digitalização.*

*Aquisição de terrenos para a Casal. Eu não gostaria de alimentar mais o romance que pelos vistos já corre em vários folhetins há muitos anos, a operação é de total clareza. O orçamento de 98, em desrespeito claro pelo compromisso assumido com a Casal, não tinha um centavo inscrito para adquirir os terrenos para a Casal. Eu como fui confrontado com um protocolo que me obriga a comprar terrenos para a instalação da Casal, inscrevo essa verba. Os terrenos têm vindo a ser comprados e na sequência desse protocolo serão depois comprados pela Casal à Câmara, o dinheiro regressa de novo à Câmara. Não tem nada a ver com estratégia nenhuma de grupos de interesses, tem a ver com um protocolo que encontrei na Câmara e que não estava a ser cumprido. Os pavilhões de S. Bernardo, Cacia, Aradas e Oliveirinha. Eu serei o primeiro (e ainda hoje estivemos a conversar sobre isso) a exercer pressão sobre o governo para que estes quatro pavilhões sejam urgentemente construídos. Eu visitei todas estas escolas e em Cacia e Aradas considero que é extremamente urgente. S. Bernardo também é urgente mas está lá um pavilhão ainda que um pouco longe; Oliveirinha também é urgente embora também tenha lá um pavilhão, mas como os quatro são reclamados desde há muito tempo, a minha luta será de lutar por eles com toda a força desde já para que possam vir a ser inscritos no PIDDAC do próximo ano. A razão porque retiramos a verba inscrita é uma razão de ordem orçamental. Nós tivemos uma reunião com o Director da Direcção Regional do Centro e foi-nos mostrado o Diário da República em que a verba inscrita para PIDDAC não contemplava os Pavilhões. Portanto, verdade é verdade, este ano não temos verba para os pavilhões, temos é de unir esforços para que ao nível das tutelas políticas consigamos no próximo ano avançar nesta área.*

*PROCOM: Penso que houve aí uma deficiente percepção do alcance deste documento. Este documento não é todo o orçamento nem todo o plano de actividades, é apenas aquilo que foi alterado, ou seja, como nós não alteramos no PROCOM, tudo aquilo que estava previsto para o PROCOM mantêm-se, portanto não há nenhuma inflexão em relação ao PROCOM.*

*A capacidade de endividamento ser de 47% no primeiro ano e 90% no ano de 2001, o Raúl Martins já deu algumas explicações. Só queria lembrar algumas outras coisas que são claras. É que a capacidade de endividamento depende desde logo daquilo que se vai pedir emprestado e o Sr. Prof. não pensou que nós podíamos ter pedido menos ou mais, mas sobretudo fazemo-lo com muita segurança, porque a capacidade de endividamento é avaliada neste momento, mas no pressuposto de que se manterá os valores máximos que a limitam do lado do investimento, aquele critério que limita a capacidade de endividamento. Nós temos fortes razões para crer que Aveiro vai ter*

*fortes investimos nos próximos anos, além disso, esta capacidade de endividamento contou com os 600 mil contos do empréstimo dos Serviços Municipalizados e esse vai sendo gasto só aos poucos e, portanto, só à medida que vai sendo gasto é que esta capacidade de endividamento atinge esse nível. Mas ainda temos outra margem, é que fizemos as contas a 5%, e as taxas dos bancos são todas inferiores. Por estas razões eu julgo temos, de facto, muitas almofadas de segurança para poder estar descansados quanto à evolução do futuro e à nossa capacidade de endividamento.*

*Escola D. José: É uma escola pública sobre gestão privada, é um projecto muito interessante em Sta. Joana que nós temos curiosidade em ver como evolui. Visitámos já as instalações, são de facto boas instalações e penso que vai valorizar muito a freguesia. Há um problema de facto com a aquisição do terreno, eu penso que o terreno vai ser comprado por um valor que não tem que vir a esta Assembleia e foi essa a razão porque ainda não veio cá. Só ainda não foi comprado porque não tem havido dinheiro, mas estou absolutamente ciente da urgência da aquisição desse terreno porque o ano lectivo está à porta e as inscrições são muitíssimas.*

*Unidade de Saúde de Santa Joana: Também visitei a unidade de Saúde e considero que é das unidades de Saúde que mais depressa tem de ser substituídas. O terreno já existe, vai ser ao lado da Junta de Freguesia e a redução que detectou de 15 mil contos deve-se apenas a uma redução orçamental. Chegou-se à conclusão que não vamos gastar a totalidade do dinheiro este ano e, portanto, estamos naquela situação em que provavelmente é possível fazer a obra toda este ano, mas as facturas só aparecem para noventa e nove.*

*Eixo Estruturante: É uma resposta que eu daria a todos os Presidentes de Junta que estão envolvidos no traçado do Eixo Estruturante. De facto é verdade, tive um encontro com Victor Martins, em que isso ficou agendado, pode crer que isso não é coincidência mas tínhamos dado hoje instruções aos serviços para o convocar para uma reunião para a semana, porque vão cá estar os técnicos que têm o projecto em mãos, para que sejam ouvidos os Srs. Presidentes de Junta envolvidos.*

*Rotunda da Policlínica: O estudo da rotunda vai ter de ser incluído no estudo da EN109, que está a ser feito, e no quadro da desclassificação que também está prevista, irá ser feita, mas é um tipo de rotunda que não pode ser feita de um dia para o outro sem ver quais são as cérceas que vão haver e os alinhamentos que vão ter os terrenos à 109. É um trabalho que está a ser feito, não é para já infelizmente.*

*Ouvi algumas críticas às assimetrias terem aumentado entre as freguesias rurais e as freguesias urbanas. Francamente gostava de ver essas contas, não é estar a duvidar delas, mas de facto, não tivemos essa percepção. Mas, mesmo que seja correcto vale o que vale, por exemplo há grandes investimentos que vão beneficiar as freguesias rurais e as urbanas: O Eixo Estruturante, os diferentes saneamentos que vamos fazer etc.. É difícil esse exercício, mas também, mesmo que assim fosse poderíamos ter a alegria de que no próximo ano a relação se inverter, mas o mandato é de quatro anos, não fiquemos preocupados se nesta altura houver algum desequilíbrio nessa relação.*

*Pista de Atletismo: O Sr. Armando Vieira, diz que não percebe porque é que se inscreveu tanto dinheiro se aquilo já está pronto. A razão é simples, é que não se pagou um tostão, ou seja, tem de se inscrever de novo toda a verba que é preciso lá pagar e são 200 e tal mil contos. A surpresa e que eu também tive, a surpresa decorre daí.*

*Santa Casa da Misericórdia: Eu lamento que tenhamos de tirar a verba que tínhamos inscrito para instalar aí o Centro de Saúde de Esgueira. Sr. Prof. a razão foi simples, ouvimos a sub-região de saúde, ouvimos a Misericórdia, ouviram-se alguns utentes, ninguém estava interessado em fazer ali o Centro, ninguém. Nem a própria Misericórdia estava muito interessada em fazê-lo ali. O que fizemos foi transferir os 60*

*mil contos que tínhamos para o Centro de Saúde, para adquirir os terrenos ali ao lado e vamos fazer um Centro de Saúde de raiz a gosto de toda a gente.*

*O pavilhão de Esgueira, é alias uma falha que eu acrescentei à mão porque foi lapso de dactilografia, há de facto que inscrever aquela verba global que está para a recuperação dos pavilhões, deve incluir também o pavilhão do Esgueira, que está a precisar de obras urgentes e é de facto, há que reconhecê-lo, um dos clubes que mais tem feito pelo basquetebol e pela promoção da imagem de Aveiro e no país através do Aveiro Basket.*

*Órgãos de Autarquia: Porque é que aparece uma verba com um aumento substancial para estudos e projectos, estudos e consultadorias. O Raúl Martins também já respondeu em parte, de facto está lá dito, é para reestruturar os serviços, mas eu vou ser mais claro, por exemplo: para desbloquear os terrenos onde está a feira de Março, onde quero fazer o lago navegável e todos aqueles investimentos privados que estão ali há vinte anos à espera, estão ali milhões de contos empatados e não foi possível desbloquear aquilo até agora, nem sequer um estudo topográfico existia e como os nossos serviços têm dois topógrafos, há muitas tarefas deste género que de facto vamos ter de encomendar lá fora e que custam muito dinheiro. Portanto, tivemos de adjudicar só neste último mês o levantamento topográfico da pista de remo, o terreno entre a fábrica campos e a ponte Praça, o terreno onde está a feira de Março, o terreno das Agradas do Norte. Assim que lembre nas últimas semanas foram estes. De facto, objectivamente não há capacidade de resposta para algumas tarefas que são urgentes e temos que optar por encomendar no mercado, tudo dentro das regras. Obviamente, também, vamos fazer uma reestruturação dos serviços da Câmara, toda a gente sente isso, há sectores sobretudo aqueles que estão em confronto com o público que funcionam mal, tudo isso tem que ser revisto, implica novos sistemas informáticos, implica formação de pessoal para que trabalhe eficazmente com os novos instrumentos, e isto, é um trabalho que exige a disponibilidade de algum dinheiro. Eu diria, se nós aproveitarmos esta verba bem, é um belíssimo investimento que os serviços fazem para o futuro.*

*Colectividades desportivas mais 60 mil contos. Eu lamento dizer isto, mas quem dera aos clubes que eu estivesse a aumentar 60 mil contos as actividades desportivas, não estou. Isto é pura e simples o montante que a Câmara, já hoje transfere para as colectividades desportivas e portanto, é verdade, neste momento este aumento corresponde à totalidade do montante que é transferido para a colectividades desportivas e dentro de uma perspectiva de rigor foi isso que fizemos. Se nós estamos constantemente a ultrapassar sistematicamente aquilo que damos aos clubes e que está orçamentado, mais vale dizer exactamente quanto é que damos, para que todos saibam quanto é que se dá aos clubes.*

*Pista de Remo: A Pista de Remo tem sido de facto uma prioridade deste Executivo, começamos a trabalhar na semana que chegamos à Câmara e só isso explica que já haja um estudo topográfico feito, que tenha sido encomendado e assinado com a Universidade de Aveiro. Um estudo de impacto ambiental (ainda hoje foi para Lisboa a nossa técnica para o Instituto da Água, por causa de se fazer o correspondente estudo hidráulico) e temos além disso o desenho da Pista e da área envolvente, é um projecto muito interessante que prevê, nomeadamente, que se possa vir no futuro desde a lota até à Pista de Remo, que tem uma zona verde que pode servir de ancoradouro aos barcos de recreio. Bom, estamos a trabalhar a todo vapor e pode ser que nos corra mal (e digo isto com toda a franqueza) porque é sabido que Montemor está mais adiantado, começamos nisto com muito atraso, Montemor está mais adiantado. Se calhar pode haver duas Pistas, talvez, mas vamos deixar essa preocupação para mais tarde. Agora,*

*a estratégia tem sido de trabalhar a todo gás para que ter o projecto pronto, porque quem tiver o projecto pronto é que pode candidatar-se e com possibilidade de receber os financiamentos. Muito Obrigado.”*

Vogal Britaldo Rodrigues:

*“Para dizer ao Sr. Presidente da Câmara, que uma das minhas perguntas resultaram de uma preocupação e foram também uma provocação, de facto, antes de vir para aqui falei com alguns comerciantes Aveirenses, que na perspectiva que nós temos de dar a voz aos Aveirenses, falámos com eles e eles queriam ouvir de facto, aqui explícito, que o PROCOM não estava esquecido. Ouvimo-los e de facto, isso foi decerto positivo e foi o que me pediram, era que isto ficasse aqui expresso e, portanto, foi bom que tivesse ficado expresso.*

*Segundo lugar, no que diz respeito à referência que fez ao Dr. Raúl Martins, que teria respondido de alguma forma a outra minha preocupação, que era referente à capacidade de endividamento utilizada, eu quero dizer que compreendi, já sabia bem que o endividamento se vai reflectir em anos seguintes, há uma coincidência do máximo dessa capacidade de endividamento estar utilizada no ano 2001, não é o que me preocupa mais, é uma coincidência, a mim o que me preocupa é o montante, isso é que me preocupa o termos atingido 90% da capacidade de endividamento utilizado.”*

Vogal Rogério Madaíl:

*“Só para pôr uma questão ao Sr. Presidente, se calhar esqueceu-se de me responder. Eu tinha posto a seguinte questão: até que ponto é que a aprovação do plano não pode colidir com a aprovação do empréstimo bancário pelo Tribunal de Contas. Penso que, a aprovação do empréstimo pelo Tribunal de contas deveria ser prévio.”*

Entretanto saíram da sala os Vogais Manuel Simões Madaíl e Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira.

Vogal Armando Vieira:

*“Eu gostaria que o Sr. Presidente da Câmara me respondesse a que é que se destinava, nomeadamente, a verba de 100 mil contos para instalações de serviços. Depois nesta exposição que fez, gostaria que o Sr. Presidente me dissesse se faz tábuas rasas das regras da prioridade da construção de ginásios nas escolas EB 2/3, que há regras Sr. Presidente, e quando vir essas regras vai constatar que as prioridades não são assim. Embora eu diga-lhe sinceramente, desejo tanto como vossa Ex.<sup>a</sup> que venham os quatro rapidamente para cá. E o facto de existir em Oliveirinha um pavilhão ou um pretenso pavilhão que é da Casa do Povo, que infelizmente nunca foi utilizado, mas também não é da Escola é da Casa do Povo, e Casa do Povo e a Escola nunca se entenderam (se calhar a culpa é do Ministério). Agora, há uma coisa que lhe digo, as regras da prioridade dizem: « maior número de alunos, antiguidade » primeira prioridade. V. Ex.<sup>a</sup> cuide de saber isso e verá onde está a prioridade. Também nesta questão temos dizer alto e bom som, que o governo Socialista desprezou Aveiro. Por muito show off que dê, mais uma vez desprezou Aveiro. Porque sistematicamente adiou a construção destes ginásios.*

*Quanto ao Eixo Estruturante, o Sr. Presidente falou no singular quanto aos Presidentes de Junta, talvez por distração, mas atenção que Oliveirinha também é atravessada por essa via e nós também gostaríamos de ser consultados sobre isto.*

*As assimetrias Sr. Presidente. Se é verdade que vai haver um aumento de 1 milhão e 700 mil contos, o correspondente reflexo nas freguesias fora da área urbana não existe,*



*logo vamos aumentar as assimetrias, nós não estamos a ser contemplados com o aumento deste investimento, isto é que é um facto.*

*Quanto à Pista de Remo: todos desejamos que haja a Pista de Remo, mas eu que tenho sentido da parte dos homens do PSD da Assembleia da República uma grande preocupação com esta questão( tenho conversado com o Sr. Vereador Eduardo Feio), estão tão preocupados como nós em defender a Pista de Remo para Aveiro. E estão disponíveis e estão constantemente a perguntar-nos o que é que se passa com a pista de remo. Mas, infelizmente com o habitual desprezo que o governo Socialista coloca Aveiro, tememos perder mais esta batalha.”*

Presidente da Mesa:

*“Já agora por falar em Pista de Remo. Actualmente a Federação aprovou a Pista de Remo em Montemor e os subsídios europeus vêm para Montemor. Para que não se crie a ideia que é inoperância desta actual Câmara a fuga da Pista de Remo, se houver alguma recuperação é no sentido positivo. Neste momento a Pista de Remo é em Montemor, os subsídios são para Montemor.”*

Vogal Élio Maia:

*“Em relação à questão do pavilhão gimnodesportivo para a escola e em relação às prioridades que o Sr. Presidente aqui afirmou como suas, há algum desconhecimento da realidade. Se o argumento é que em S. Bernardo há um pavilhão, há um pavilhão em todas as outras freguesias. Só lembrar também que o caminho pavimentado mais curto da escola ao pavilhão é mais de um quilómetro. Penso que isto esclarece quanto às prioridades de reformular essas prioridades. Quanto à dúvida que eu coloquei o Sr. Presidente não respondeu, continuei na dúvida, a meio da dúvida o Ex.mo colega informou que a lei tinha sido alterada, depois mais à frente parece que já não foi alterada e eu gostava, porque continuo na dúvida, gostava que me esclarecesse.”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“Apenas para registar os esclarecimentos dados pelo Sr. Presidente da Câmara, nomeadamente, em algo que eu considero aqui uma interacção em três pontos diferentes desta revisão orçamental e é o seguinte: órgãos de autarquia, o Sr. Presidente explicou, se o dinheiro é bem gasto é bem gasto, obviamente, agora o Sr. Presidente investe mais 37 mil contos para a reestruturação dos serviços estudos e consultadoria. Nos estudos meteu os levantamentos topográficos, penso eu, que quando se contrata um gabinete para fazer estudos topográficos se contrata um serviço, portanto não é nem um estudo nem uma consultadoria. Quando se contrata um gabinete para fazer uma avença aí sim pode estar a contratar-se uma consultadoria, creio eu (desminta-me se eu estiver enganado), agora à frente o Sr. Presidente, na aquisição de serviços reduz tudo a zero, retira 36.350 contos à rubrica aquisição de serviços. Eu estou confuso com a situação. Naquilo que é verba que o Sr. Presidente diz que vai utilizar para estudos e consultadorias, onde pode por exemplo pôr os seus assessores, onde pode meter estudos de trânsito, fazer levantamentos de estudos topográficos etc. e tal, na aquisição de serviços o Sr. Presidente retira tudo isso e coloca esta verba numa rubrica em que diz: é preciso reestruturar os serviços é preciso colocar aquilo nos eixos. E concordo que nessa parte o Sr. Presidente até terá razão, mas pergunto, não havia já um pré-estudo de reestruturação dos serviços na Câmara? Que é feito dele. É para ser aplicado? Porque se não for se calhar esta verba aumenta se não for se calhar esta verba diminui. Agora, quando se tenta confundir esta*

*Assembleia, em que se utiliza verba da reestruturação de serviços na compra de levantamentos topográficos, não pode ser Sr. Presidente, são aquisições de serviços. Mais uma coisa, o Sr. Presidente diz que não havia levantamento topográfico da Pista de Remo, pois não, essa prioridade é sua. É a sua prioridade, é a sua opção, mas da mesma forma que o Sr. Presidente da Mesa defende a Pista eu tenho o à vontade, correndo os riscos que isso possa comportar, que para mim neste momento não é uma prioridade e tem que ser admitida esta minha opinião, da mesma forma que é admitida a do executivo que diz que a pista de remo é uma prioridade. É evidente que o projecto que o Sr. tem para construir um lago navegável, para calado indeterminado dos navios da nossa praça, é um projecto seu, era uma proposta eleitoral sua, logo os levantamentos topográficos tem que ser o Sr. a fazê-los, a comprá-los. Não se critique o Executivo anterior de não ter feito os levantamentos para aquele terreno ou para aquele fim, porque não era uma prioridade do Executivo anterior. O que são as vossas prioridades são as vossas prioridades e queira Deus que sejam prioridades em prol do concelho de Aveiro. Também lhe perguntava Sr. Presidente, se o que aqui diz: sistema de informação geográfica SIG-MUNICIPAL, é um investimento da Câmara de Aveiro ou é um investimento também da AMRIA onde a Câmara de Aveiro participa, ponto um. Ponto dois termino com duas contas muito simples. Antes tínhamos 2.500 contos para os órgãos de autarquia, manifestamente insuficiente para reestruturação dos serviços, dou de barato isso, 36.350 contos na aquisição de serviços sem confusão de critérios, somando perfazendo um total de 38.850 contos; actualmente temos 39.545 contos em investimentos em órgãos de autarquia para remodelação dos serviços, para reestruturação dos serviços, para estudos e projectos, para consultadorias, não se sabe muito bem para quê porque as águas não estão separadas. Depois temos (se isto é a parte de Aveiro no projecto da AMRIA), se estes 50.000 contos são a parte de Aveiro temos mais 50.000 contos. Antes tínhamos 38.000 e tudo às claras e hoje temos 52.195 contos e muita coisa nebulosa Sr. Presidente:”*

Entretanto saíram da sala os Vogais António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre e Manuel Branco Pontes.

Vogal Jorge Arroiteia:

*“Sr. Presidente, muito obrigado. Tenho muito respeito pelas intervenções e tenho muito respeito também pelo tempo que é partilhado pelos vários membros destas bancadas e por isso irei ser muito breve. Compreendo que no calor da discussão pareceu-me que foram aqui postos em causa alguns princípios que me pareciam eram fundamentais e se tomo a palavra é apenas para dizer que fiquei tranquilo em relação às afirmações que o Sr. Presidente da Câmara fez no princípio da sua intervenção. Passo rapidamente a referir-me a três aspectos que me deixaram um pouco preocupado. Fiquei com algum receio que alguns princípios como o agravamento da exclusão entre a população rural e a população urbana; fiquei com receio que o agravamento ou pelo menos a ausência de algum espírito de solidariedade e sobretudo da falta de diálogo, pudesse manchar um pouco, enfim, esta característica fundamental da sociedade aveirense que se preza pelos valores de liberdade. Gostava apenas de referir, nomeadamente no princípio da sua intervenção, que o Sr. Presidente nos deixou mais tranquilos quando admitiu entre outras coisas, alguma reappreciação no que diz respeito ao plano de actividades.”*

Presidente da Mesa:

*“Aprecio a sua brevidade.”*

Vogal Victor Martins:

*“Sr. Presidente, não sei se foi por esquecimento, eu tinha colocado uma questão que era a da habitação dos vinte e três fogos em Azenhas de Baixo e também da situação do saneamento nas Azenhas de Baixo. Também gostaria de saber sobre o Colégio D. José I, havia um protocolo para celebrar com o proprietário que permitia ocupar o terreno para não prejudicar o andamento da construção da escola. Queria saber se é verdade ou não é. Também gostaria de dizer, há bocado um deputado pôs em questão algumas obras na freguesia de Santa Joana e do Presidente de Junta vir defender os interesses da freguesia, (não me calarei sempre que for necessário defender esses interesses) que esse senhor deputado não é Presidente de Junta, porque se o fosse não tinha falado como falou, porque não venho só uma vez à Assembleia, mas tenho de vir centenas de vezes à Câmara, não só eu como outros Presidentes de Junta para fazer alguma coisa pela nossa terra temos de andar de mão estendida. A verba que se gastou em Santa Joana acho que ainda é pouco mais se devia ter feito, porque como toda a gente sabe é uma freguesia que faz quinze anos da sua independência e acerca de vinte cinco anos, quando se pensou organizar-se e tentar a sua independência, foi esquecida pelas freguesias que compunham a sua área, por isso tudo lhe falta. Esse dinheiro que foi gasto, não foi só a nível da sede da Junta. Eu não tenho culpa do diálogo que a Câmara anterior tinha e não só com esta Junta, mas com outras Juntas. Muitas vezes era chamado à Câmara Municipal, em virtude de faltar um auxiliar na escola A ou na escola B e que a Câmara não previa fazer um contrato com esse auxiliar, eu fazia esses contratos e depois a Câmara remetia-me as verbas para pagar esses contratos por transferências. No fundo são todas estas obras: alcatroar ruas, fazer passeios, quando chegavam baixo assinados (estou a lembrar do loteamento do Griné onde a Câmara vendeu os loteamentos não fez as infra-estruturas). Eu perguntava a esse Sr. deputado se fosse Presidente e a Câmara dissesse faça, o Sr. deixava de fazer? Eu acho que houve sempre da anterior Câmara e espero que nesta, até porque já tivemos uma reunião e o Sr. Presidente já sugeriu contratos programa, o Sr. se fosse Presidente da Junta não se furtava a fazer obras que fossem para melhorar a sua freguesia. Por isso entendo que as críticas que me fez ou à freguesia não têm nexos.”*

Vogal Raúl Martins:

*“Sr. Presidente, eu estava preparado para não usar da palavra se não fosse esta intervenção anterior. Tenho a dizer, que para mim os dinheiros públicos têm de ser defendidos com ferocidade e têm de ser defendidos até ao limite das nossas forças; são dinheiros que saem dos nossos impostos. E, quando ouço dizer, talvez seja verdade, que nessa obra que V. Ex.<sup>a</sup> tanto fala, foi deitado um palco abaixo para ser construído um outro que custou quatro vezes mais, eu gostaria de saber se quando fez isso, estava a pensar nos interesses da Freguesia ou se calculou devidamente esses gastos extraordinários que podiam, obviamente, ter sido utilizados em mais estradas, mais calçetamento de ruas, mais jardins etc., para a sua Freguesia. Eu também sou de uma Freguesia rural, desejo o máximo de dinheiro para a Freguesia, desejo isso tudo, simplesmente não posso concordar com dinheiros mal gastos, quando na mesma Freguesia existem outras prioridades que, efectivamente, colidem com aquilo a que eu chamo estragar dinheiro.”*

Vogal Filipe Brandão:

*“Sr. Presidente, serei particularmente breve. Duas palavras: a primeira para louvar a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, que demonstrou pelos actos recentemente praticados, o seu empenho no processo de crescente afirmação da centralidade de*

*Aveiro. Segunda palavra, Sr. Armando Vieira, porque devido à referência que fez ( e foram várias) ao governo Socialista, nós notamos que o Sr. Armando Vieira, Presidente da Comissão Política Concelhia do PSD, até à data, tem um problema. E, tem de facto um problema, quando refere a sua preocupação quanto ao show off que o governo Socialista está a fazer em Aveiro. E compreendo que ele tenha esse problema, porque de facto, pelas suas palavras, choca por contraste com uma década de total alheamento e desprezo a que o PSD e a sua maioria absoluta votou este concelho. E de facto, todos os problemas que o Sr. Armando Vieira refere existirem, são problemas que não têm três anos, são problemas que se arrastaram por muitos e muitos anos e curiosamente com o silêncio ou pelo menos, pela não oposição pública do Sr. Armando Vieira. E mais, o PSD foi objectivamente responsável por um processo de desvalorização periférica de que Aveiro foi vítima e que se encontra, aliás, despudoradamente confessado, num recente livro publicado pelo ex-ministro Valente de Oliveira, onde objectivamente refere quais foram os objectivos da sua política à frente do Ministério do Planeamento e da sua concepção “sui generis” de cidades médias. Mas, o problema do Sr. Armando Vieira eu compreendo qual seja, relativamente ao show off, é que diz o povo e designadamente o povo das freguesias rurais, que não há fumo sem fogo e é evidente, que num prazo muito curto todo este concelho saberá o resultado destas constantes deslocações e que Aveiro tem vindo a ser brindado. Finalmente, a terminar referiu a grande preocupação que os deputados do PSD, pelos vistos na Assembleia da República têm tido. Essa preocupação, de facto, cumpre-me testemunhar, é real, mas prende-se mais com a projecção do resultado das próximas legislativas do que com qualquer outra coisa.”*

Vogal Henrique Diz:

*“Muito Obrigado. Eu gostaria de reafirmar ao Deputado Raúl Martins e nosso colega, que esta bancada também defenderá com ferocidade a forma correcta de despender dinheiros públicos. Portanto, estamos inteiramente de acordo, certamente não teremos divisões no que diz respeito a essa área. Gostaria já agora e a propósito (uma vez que parece que entrámos no período da política nacional) de perguntar se por acaso as visitas de que Aveiro tem sido alvo, não visam já as eleições legislativas por parte do actual Governo. E se não estão em nenhuma relação com o facto de ser, também, o mesmo Partido que está no poder em Lisboa e em Aveiro. (não é o mesmo Partido, fiquei a saber agora, o Sr. Raúl Martins acabou de fazer um salto que eu já fiz há muito tempo) Mas se daí resultar benefício para Aveiro, evidentemente que eu fico muito satisfeito. Estou aqui na defesa dos interesses de Aveiro, como certamente os meus colegas, no entanto teremos tempo de verificar se é o interesse de Aveiro que está em primeiro lugar, se é o interesse do Governo que está em primeiro lugar. E eu não creio que sejam forçosamente coincidentes. Regressando à política local, eu gostaria de esclarecer que esta Assembleia coloca perguntas ao Sr. Presidente da Câmara e ao seu Executivo e que portanto, as respostas dadas por qualquer outra bancada, não são respostas às questões colocadas pelos Srs. Deputados Municipais, podem ser intervenções de defesa das opções do Executivo. Isso é assim que eu entendo, particularmente as intervenções do meu amigo Raúl Martins que hoje esteve muito activo nessa matéria, facto que me apraz registar. Portanto, Sr. Presidente da Câmara, terá que independentemente da ajuda natural e expectável que os membros da bancada do Partido Socialista que o suporta lhe possam dar, terá de continuar de responder às questões. Já agora Sr. Presidente da Câmara, deixe-me dizer-lhe o seguinte: eu gostei muito de o ouvir dizer que tinha recebido propostas a esta alteração do orçamento da parte de algumas Juntas de Freguesia. O meu conceito era de que o Sr. Presidente da*

*Câmara os devia ter consultado, não devia esperar, o processo devia ter sido conduzido de outra forma, já lhe disse anteriormente. Mas eu gostei de o ouvir dizer, que teria tido pena por essas propostas não terem chegado mais cedo, porque gostaria de ter incluído algumas delas. Tenho pena, que o Sr. Presidente da Câmara não tenha aproveitado esta discussão para as incluir, ter-lhe-ia ficado certamente bem. Já agora tenho pena também, que não me tenha respondido à pergunta que lhe pus, especificamente, sobre os sistemas de informação geográfica, que é: como é que o Sr. Presidente da Câmara está a pensar que vai implementar esse sistema, que eu refuto de muito importante para o concelho?”*

Vogal Jorge Nascimento:

*“ Nas respostas o Sr. Presidente da Câmara creio que omitiu uma situação, no meu entender uma resposta. No que toca ao Eixo Estruturante, cortou em relação ao orçamento anterior, 40 mil contos. E a ter como verdadeira a notícia que veio no “Comércio do Porto”, que não é para si também uma prioridade a implementação do metro de superfície que visava a ligação às freguesias de Esgueira e Eixo, eu queria saber se de facto, o Sr. Presidente considera que isto não é uma prioridade e porquê a retirada. Acho bem que o Sr. Presidente faça reflectir isso nesta proposta de alteração, que ambiciona para este concelho um certo vanguardismo e acho também bem, que na mesma proposta de revisão afinal encerre o reconhecimento de que, aquilo que é prioritário e primário esteja para si já tudo satisfeito, porque eu também considero que assim é. Eu regozijo-me por que realmente este Executivo tenha encontrado afinal uma situação que lhe permita avançar para este tipo de situações.”*

Vogal Capão Filipe:

*“Gostaria de iniciar a minha intervenção afirmando o quanto me sinto orgulhoso de ter sido governado em todos estes anos pelo CDS/PP, sobretudo porque se herdou um município com uma vivência moderna e privilegiada e deu-se o grande salto, transformando-se numa cidade sem a maior parte dos problemas graves das outras cidades portuguesas, designadamente habitação, infra-estruturas, emprego e muitos outros aspectos que muitas as vezes não visíveis, isto é, conseguimos herdar um edifício ao qual só falta talvez alguns acabamentos. É com orgulho também que vejo aqui discutir problemas de trânsito, ambiente e questões de pormenor.*

*Outro aspecto é, em relação ao que está aqui a ser discutido, felizmente vejo agendado aqui grandes obras e a necessidade de grandes obras para Aveiro tem de ser um critério que nem sequer devemos questionar. Podemos dar o exemplo de Braga, que já ganharam um ligeiro avanço em relação à nossa cidade, a partir do momento em que a seguir ao ciclo infra-estrutural e que foi tão bem feito pelo ciclo CDS/PP. Agora, este novo ciclo deve ser um novo ciclo em que não se deve questionar, por exemplo, a construção do lago em frente à fábrica Campos, (venha ele). Em vez de colocarmos lá prédios. Venham as grandes obras para a cidade de Aveiro, que é o que de facto falta. Por último, tenho de denunciar o seguinte: é que concordo perfeitamente com uma estratégia de afirmação para o futuro, mas que paralelamente a essa estratégia, não deve permanentemente a ser denunciado pseudo-erros do passado, isto é, a uma afirmação positiva tenta-se ao mesmo tempo desprestigiar a governação anterior e desprestigiar sem conteúdo e desprestigiar sem razão. É só isto.”*

Vogal Manuel António Coimbra:

*“Serei muito breve. Gostaria de dizer que este cenário que foi traçado pelo Dr. Capão Filipe, acerca de uma cidade idílica, tal como a traçou, infelizmente é um sonho e não é a realidade e é pena que assim seja, estamos aqui todos a contribuir para que esse sonho se torne cada vez mais realidade. O assunto que eu queria aqui trazer mais uma vez são os protocolos com as colectividades desportivas. É que gostaria de registar que não foram enunciados quais os critérios para o estabelecimento de protocolos, não quer dizer que se faça agora, mas eu acho que era importante nós sabermos os critérios para o estabelecimento de protocolos com as diferentes colectividades desportivas e anunciar às diferentes colectividades desportivas como é que se podem candidatar. Era isto, obrigado.”*

Entretanto saiu o 1.º Secretário da Mesa, João Pedro Simões Dias, sendo substituído pelo Vogal Miguel Capão Filipe, na qualidade de 2.º Secretário da Mesa.

Vogal Fernando Leitão:

*“Muito obrigado. Fiquei esclarecido relativamente ao Centro de Saúde de Esgueira, mas com certeza que houve uma confusão, porque quando referi a supressão das verbas dos pavilhões gimnodesportivos para as escolas EB 2/3, não era o pavilhão do clube do Povo de Esgueira. Porque aqui já foram apontadas escolas estabelecendo prioridades e eu lembrei aquela que tem uma população superior a 900 alunos e que há 25 anos está à espera desse pavilhão. Era só isso.”*

Presidente da Câmara:

*“Em relação a Eixo: Sr. Presidente de Junta, eu de facto gostaria muito de poder construir toda a habitação social, em todo o lado, todos os anos. A verdade é que Eixo já tem habitação social e há outras freguesias que ainda não têm. Houve que fazer uma escolha e Eixo, infelizmente, nos próximos meses não vai ter habitação social. Estas decisões são difíceis de tomar, mas têm de ser tomadas.*

*Depois o empréstimo deve não ser prévio à aprovação do orçamento. Isto um bocadinho como a pescadinha de rabo na boca. Porque se eu aprovar primeiro o plano, depois como no plano não está o empréstimo tenho que vir aprovar o empréstimo a seguir, se aprovar o empréstimo tenho que vir alterar o plano porque não está previsto no plano. As informações que nós colhemos é que de facto é indiferente e por isso é que queremos fazer ao mesmo tempo e nos parece a forma mais fácil de fazer isto e foi a resolução que nos saiu com naturalidade quando estávamos a trabalhar no orçamento.*

*Cem mil contos com instalações para os serviços: uma revisão do orçamento é uma revisão das previsões, isto é uma previsão. Eu prevejo que este ano nós vamos conseguir mudar de instalações e, portanto, inscrevo cem mil contos para obras, para a mudança de essas instalações que vão exigir adaptações, compra de mobiliário, etc., pode ser que me engane, no fim veremos.*

*As regras para as escolas: os critérios que estão estabelecidos irão ser respeitados. O Sr. prof. Leitão lembrou e bem a escola de Esgueira (lá vai uma escola da cidade passar à frente das outras escolas das outras freguesias, porque respeita os critérios). O que eu quis dizer. É que acho que existindo o pavilhão da Casa do Povo de Oliveirinha, a 25 metros da escola, existindo o pavilhão do S. Bernardo a 1000 metros da escola, que é pena que neste país não se encontrem soluções para rentabilizar os espaços disponíveis. É só isso que eu quis dizer, mas compreendo que a situação se arraste há alguns anos, que esse esforço não tenha sido possível, é um lamento que eu expresse desta forma não quer dizer mais do que isto.*

*Dúvidas sobre a Lei expressas pelo Sr. Élio Maia: de facto a sua versão não está actualizada, porque o que diz o artigo 32.º, diz o seguinte « as revisões orçamentais poderão ter como contrapartida, para além das referidas no anterior, saldo em dinheiro, o excesso da cobrança em relação à totalidade das receitas correntes e de capital previstas no orçamento “e alínea c)” outras receitas que as autarquias estejam autorizadas a arrecadar » e, portanto, também empréstimos, venda de património etc.,. Efectivamente a primeira versão era restritiva. Se as autarquias podem vender património porque é que não podem com esse aumento de receitas servir-se disso para rever o orçamento. A lei foi mudada.*

*Sobre o organograma, se já não existe um organograma: existe um organograma que tem vindo a ser preparado há dois anos pelos serviços, está portanto amadurecido, ele existe. Portanto, estamos a pensar olhar para ele um bocadinho em função dos novos desenvolvimentos que se avizinham e de algumas carências gritantes por exemplo, não há um jurista no quadro da Câmara, não há um economista no quadro da Câmara, portanto é evidente que o organograma tem de ser afinado em função das perspectivas do curto prazo e vamos fazer isso o melhor possível.*

*Quanto ao lago navegável: se percebi bem a pergunta era quanto é que eu ia gastar com os terrenos e o calado do barco. É uma boa pergunta, infelizmente a gestão do CCDS/PP, tinha comprometido aquela zona com construção violentíssima em frente ao Centro de Congressos e de facto, foi essa a situação que herdámos, no plano e nos direitos das pessoas sobre os terrenos. Só queria dizer é isto, nós estamos a trabalhar desde as primeiras semanas, a fazer um exercício de arrumar de novo o espaço que ali está e que as construções ali permitidas sejam de forma que este projecto do lago venha a custar o mínimo para a Câmara, quanto à indemnização que vai ter de pagar de terrenos. Se tudo correr bem vai ser mesmo o mínimo dos mínimos. Isto só para dizer que estamos atentos, que é uma preocupação nossa, não podemos hipotecar as finanças da Câmara apenas a um projecto se tivéssemos de pagar agora milhões de contos pelos terrenos para fazer o lago. Há ideias bonitas que podem falhar em função da situação que herdámos, mas penso que esta vai avançar.*

*Depois o sistema cartográfico da AMRIA, de facto, no seio da AMRIA e porque sai mais barato a todos fazer um voo que fotografe os dez territórios das Câmaras associadas do que estar a Câmara de Aveiro a fazê-lo sozinha, porque o custo do voo é o mesmo e pode ser muito mais barato, decidiu-se na AMRIA encomendar esse estudo para que seja feito com mais economia, numa situação deste tipo. Ainda não temos contas, mas temos a ideia de qualquer coisa como 300 mil contos para todos e portanto, a nossa parte irá ser em função da nossa área de território a ser fotografada.*

*Como vou implementar o SIG, confesso que estou com alguma curiosidade em saber porque como imaginam não domino estas tecnologias, sei que vamos ter alguns cuidados na parte técnica, porque já ouvi alguns técnicos dizer que as coisas às vezes não batem tão certas como a tecnologia podia pensar.*

*Depois a habitação social das Azenhas: por uma razão de verdade, são também habitações que não inscrevemos, terão de aguardar uns meses. O protocolo para o uso do terreno vou ver o que é que se passa, porque não tenho presente.*

*O Dr. Nascimento põe a questão, se o facto de termos reduzido 40 mil contos no Eixo Estruturante significa que afinal não é prioridade. Não. Significa que continua a ser prioridade, mas significa em nome de um esforço de rigor orçamental que temos a convicção que até ao fim do ano, entre compra de terrenos e encomenda de projectos não vamos precisar de gastar mais do que isto. No próximo ano esta verba aumentará muitíssimo porque é preciso comprar os terrenos e encomendar os projectos.*

*Protocolos com os clubes, quais são os critérios: não sei se ouviu bem o que disse, disse que a verba que aparece aí como aumento era apenas para retratar aquilo que já gastamos neste momento, ou seja, sem alteração de critérios. Nós temos protocolos assinados com os clubes, têm vindo a ser renovados, portanto não se trata de pôr em causa os critérios, que é outra discussão, trata-se apenas de repor a verdade orçamental do que se gasta com os clubes.”*

Vogal Armando Vieira:

*“Fui citado aqui pelo Deputado Filipe Brandão. Eu queria dizer-lhe que sempre que o anterior governo prejudicou Aveiro, Sr. Presidente eu fui das pessoas que me insurji contra isso e o Sr. Deputado Filipe Brandão não sabe. Até cheguei a fazer coro com o anterior Presidente Girão Pereira, que como sabe não tínhamos as melhores relações, na defesa de Aveiro e na defesa do Instituto da Cerâmica e do Vidro. Por isso, não recebo lições de ninguém quanto a estar do lado certo e o lado certo é a defesa da minha terra. Outro tanto, espero eu ver o Sr. Deputado Filipe Brandão, sempre que estejam postas em causa os interesses da nossa cidade, do nosso concelho e da nossa região, por exemplo, a começar no atraso miserável e escandaloso do início de construção do ICI na nossa zona.”*

Vogal Élio Maia:

*“Gostei da resposta que o Sr. Presidente da Câmara deu à questão que eu coloquei, efectivamente não me convenceu, mas gostei. Já não gostei, por exemplo, da resposta que me veio do outro lado. Acho que a futurologia política que esteve ali envolvida era perfeitamente descabida. E peço que me ajudem nisto, porque não é tão fácil como isso, Quem é que me garante a mim que na próxima reunião vamos aprovar o empréstimo? É se não aprovarmos o empréstimo amanhã? Aprovamos um plano de Actividades com base num empréstimo que podemos não aprovar. E se o Tribunal de Contas não aprovar? É que a questão é mais complexa do que pode parecer.”*

Presidente da Câmara:

*“Se me dá licença. Vamos supor que aprovávamos hoje o Plano e o novo orçamento e não aprovávamos o empréstimo amanhã. A única coisa que ia haver, no fundo, era como se tivéssemos um orçamento em que tínhamos previsto arrecadar de sisa 10 milhões de contos e afinal só arrecadamos 5 milhões, há uma receita que não entra. Agora pensamos numa situação contrária; nós já aprovámos o empréstimo e a seguir temos necessariamente de alterar o orçamento, porque ao aprovar o empréstimo vamos ter de justificar as despesas com a aprovação do empréstimo, portanto o ideal é fazer ao mesmo tempo.”*

De seguida o Sr. Presidente da Mesa, nos termos regimentais, interrompeu os trabalhos da Assembleia Municipal por cinco minutos, a pedido da bancada do PSD.

Reiniciados os trabalhos o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação o ponto n.º 3 da ordem de trabalhos: Plano de Actividades e Orçamento - 1.ª Revisão, tendo o mesmo sido aprovado por maioria de quinze votos a favor (13PS+2PP) zero votos contra e catorze abstenções (9PSD+5PP).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Jorge Nascimento:



*“Abstivemo-nos, porque as explicações dadas pelo Sr. Presidente do Município, quanto às prioridades, não foram convincentes, por não terem sido auscultados os Srs. Presidentes de Junta para o estabelecimento de prioridades, abstivemo-nos para não inviabilizar a acção deste Executivo, tendo em consideração que está em início de funções, mas a seguir-se igual método na elaboração de documentos análogos e noutras circunstâncias de maior permanência na acção do Executivo, teríamos votado contra.”*

Presidente da Mesa:

*“Esta declaração de voto, é uma declaração de voto dos Deputados do PP que se abstiveram, não exactamente da bancada, desculpar-me-á a minha observação tem alguma razão de ser.”*

Vogal Britaldo Rodrigues:

*“A bancada do PSD entende, não impedir a viabilização da proposta de revisão do orçamento apresentada pelo Executivo, abstendo-se. No entanto não pode deixar de referir o seguinte:*

- 1 Compete ao Executivo demonstrar à Assembleia a validade dos argumentos que justificam as propostas de alteração, não sendo aceitáveis interpretações sobre legitimidade democrática que a ofendem.*
- 2 O processo de formulação da proposta apresentou irregularidades de natureza ética ou formal que o PSD exige serem corrigidas no curto prazo.*
- 3 O eventual aumento de despesa nomeadamente no investimento deve ser reflectido nas freguesias rurais, o que se espera possa acontecer no seguimento do processo referido no anterior ponto 2.*
- 4 A presente votação refere-se exclusivamente à proposta do Executivo sobre revisão do orçamento e não condiciona a bancada do PSD nos pontos seguintes da agenda de trabalhos.*

Após a última intervenção, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a minuta da acta respeitante a esta reunião, tendo a mesma merecido aprovação por unanimidade e cujo texto se anexa fazendo parte integrante da presente acta.

Finalmente, nos termos regimentais, o Presidente da Mesa convocou a próxima reunião da presente Sessão para o dia 06 do mês em curso, pelas 19:00 horas.

E não se registando mais intervenções deu por encerrada a reunião.

Eram 02:00 horas do dia 06 de Maio.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte a gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião e vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.